



Capítulo

A Cooperação Triangular na Ibero-América

Este terceiro capítulo do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018* centra-se na análise de outra das três modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecidas no espaço ibero-americano: a Cooperação Triangular. Neste sentido, e no quadro da próxima realização, em março de 2019, da Segunda Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul que comemorará os 40 anos da aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), os países iniciaram um processo de reflexão relativamente à Cooperação Triangular com vista a analisar de que forma se pode fortalecer e revitalizar esta modalidade, bem como reforçar a sua contribuição para a Agenda 2030.

A partir das informações comunicadas pelos países ibero-americanos, o presente capítulo analisa a evolução desta modalidade de cooperação e, de forma mais concreta, aprofunda os dados relativos ao ano 2016, período em que se centra este Relatório. Para isso, o capítulo está estruturado da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, através da base de dados agregada de projetos e ações que os países foram enviando ao longo de dez anos, analisa a tendência e evolução da Cooperação Triangular de 2006 (exercício que se refere à primeira edição do Relatório). A construção desta série histórica¹ permitirá constatar a dinâmica de crescimento da Cooperação Triangular e corroborar com mais rigor e precisão se é efetivamente uma modalidade que está a aumentar, tal como sugerem os dados acumulados nas passadas edições desta publicação.
- b) Em segundo lugar, e conforme já se aprofundou em 2016, analisam-se os agentes que desempenharam em maior ou menor medida cada um dos papéis exercidos nesta modalidade (primeiro ofertante, segundo oferente e recetor). A partir de uma

perspetiva setorial, também se identificam as capacidades que foram fortalecidas através dos intercâmbios de Cooperação Triangular, quer em termos regionais quer por parte dos países que se mostraram mais dinâmicos.

- c) A seguir, tal como tem vindo a ser habitual, realiza-se um estudo de carácter mais qualitativo sobre os enquadramentos operacionais e mecanismos financeiros nos quais se verifica esta modalidade. De facto, saber mais e melhor como funciona a articulação dos diferentes agentes, responde a uma reivindicação especial dos países ibero-americanos, que entendem que estão a participar numa cooperação que, ao envolver mais de dois parceiros, está forçosamente associada a fórmulas de coordenação de maior complexidade.
- d) O capítulo termina com uma análise da contribuição da Cooperação Triangular para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desta forma, consolida-se e potencia-se uma análise alinhada com a Agenda 2030 e que se começou a introduzir neste Relatório na edição de 2016.

¹ Convém recordar, tal como já se mencionou no segundo capítulo, que se trata de uma série histórica construída, não sobre a sequência dos dados incluídos em Relatórios anteriores, mas sobre aquela que se obtém a partir dos dados finalmente consolidados na plataforma de dados online sobre CSS de que dispõe o espaço ibero-americano (SIDICSS, nas sua sigla).

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM 2016

III.1

Os dados proporcionados pelos países revelam que, durante 2016, os países ibero-americanos mantiveram em execução 100 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular que, de forma agregada, representaram 137 iniciativas. Para saber como evoluíram ano após ano as iniciativas, projetos e ações mantidas em execução ao longo de cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 (ano a que se refere o primeiro Relatório de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América) a 2016, elaborou-se o Gráfico III.1.² A sua observação sugere que:

- a) Comparando os dados de 2006 com os de 2016, podemos afirmar que ao longo dos últimos dez anos a Cooperação Triangular aumentou para mais do dobro: das 60 iniciativas do primeiro exercício para as 137 do último. Este incremento resulta principalmente do aumento no número de projetos (de 34 para 100) e não tanto no número de ações, cujo crescimento foi muito menor (de 26 para 37).
- b) Numa análise de tendências, podem distinguir-se claramente dois períodos: durante o primeiro, entre 2006 e 2013, o total das iniciativas manteve um crescimento sustentável; em contraste, ao longo do segundo, entre 2013 e 2016, esse mesmo número global de iniciativas registou uma queda. Mais especificamente, entre 2006 e 2013, as iniciativas aumentaram a uma taxa média anual de 16,8%, numa dinâmica que favoreceu que o valor final fosse mais de três vezes superior ao inicial (de um máximo histórico de 212, face às 60 registadas no primeiro ano). Por sua vez, entre 2013 e 2016, as iniciativas registaram uma queda média anual de 13,5%, levando o valor final para 137, mesmo assim, ainda superior a metade desse máximo histórico.³

- c) No entanto, é importante não esquecer na análise a diferença de comportamento entre os projetos e as ações, algo que permite ilustrar com mais clareza a tendência que a Cooperação Triangular tem vindo a seguir. Assim, a progressiva diminuição no número de registos desde 2013, deveu-se quase na totalidade à queda do número de ações, que acumularam uma elevada taxa de diminuição anual de 28,4%; um valor muito afastado do registado pelos projetos, aos quais correspondeu uma diminuição percentual anual de 3,4%. Por sua vez, o atrás mencionado sugere que a variabilidade se concentra em atividades, tais como cursos de formação, workshops e estágios, em torno das quais tendem a concretizar-se as ações, enquanto que os projetos se consolidam e mantêm como o principal instrumento utilizado pelos países para implementar a Cooperação Triangular.

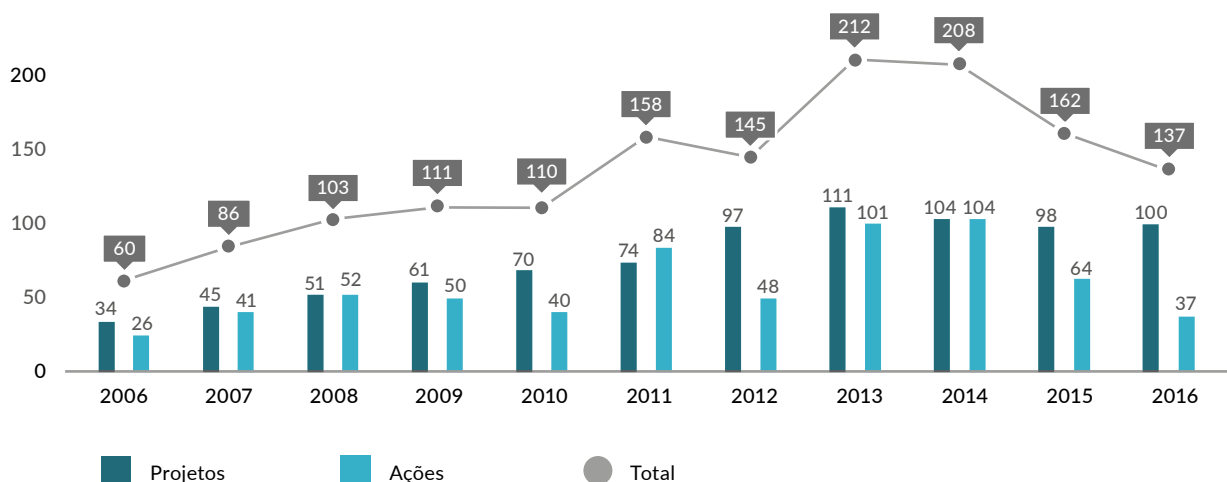
² Tal como já se referiu, os valores em que se baseia esta série têm origem numa base agregada regional que se refere a todo o período de análise, pelo que os seus resultados não coincidem plenamente com os que teria apresentado uma sequência dos dados incluídos nas passadas edições do Relatório.

³ O facto de que este período seja mais curto que o anterior e de que a intensidade na diminuição seja 3 pontos percentuais inferior à do crescimento (13 relativamente a 16), explica que a queda acumulada ainda não seja tão intensa e que em 2016 o total das iniciativas registadas ainda se mantenha em valores significativamente elevados.

→ GRÁFICO III.1

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM EXECUÇÃO. 2006-2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

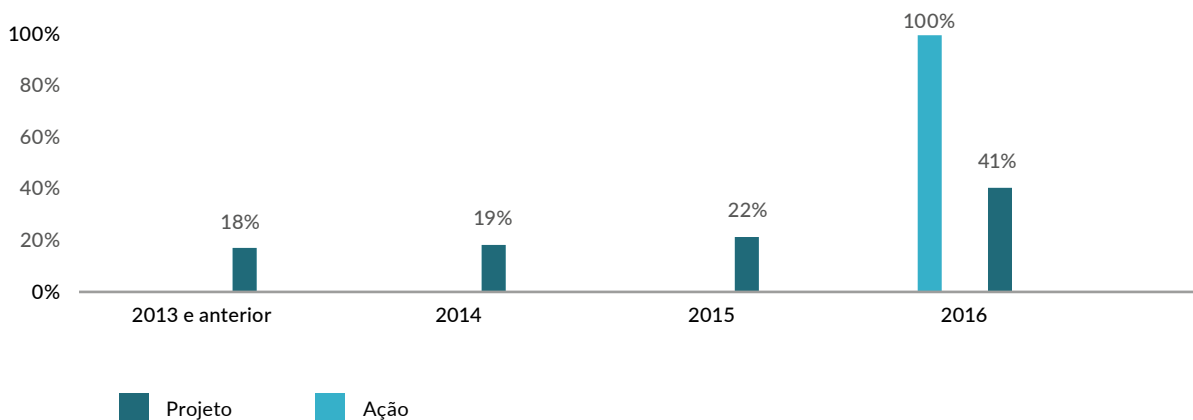
A constatação de que projetos e ações correspondem a instrumentos de cooperação de diferente natureza e comportamento, reforça-se analisando outros aspectos: por um lado, sabendo se os projetos e as ações que estavam em execução em 2016 tiveram início nesse mesmo ano, ou se, pelo contrário, se iniciaram com maior ou menor anterioridade; e, por outro lado, e de forma coerente, se se trata de ferramentas com tempos de execução muito distantes entre si.

Para este efeito foram elaborados os Gráfico III.2 e III.3. O primeiro, distribui os 137 projetos e ações conforme o ano em que cada um deles teve início: durante o período de 2013 ou antes dessa data, em 2014, 2015 ou no próprio ano de 2016. O segundo,⁴ compara projetos e ações conforme o tempo decorrido entre o início e o fim da sua atividade.⁵

→ GRÁFICO III.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O ANO DE INÍCIO. 2016

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

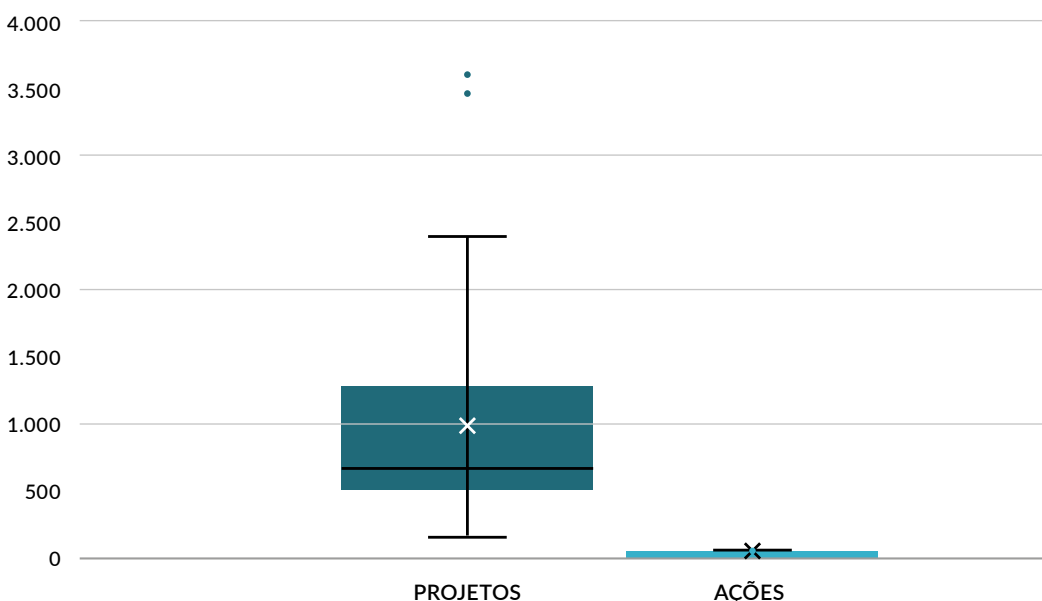
⁴ No Capítulo 2 enuncia-se a forma como se deve abordar a leitura e interpretação deste tipo de gráfico.

⁵ É de salientar que no caso da duração não se conta com toda a informação para os registos. Mais concretamente, 67,6% das ações apresentaram a data exata de princípio e fim, que, no caso dos projetos, foi ligeiramente mais baixa, 61%.

→ GRÁFICO III.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME A DURAÇÃO. 2016

Em dias



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da observação de ambos os gráficos, depreende-se que:

- 41% dos projetos (Gráfico III.2) iniciaram a sua atividade em 2016. No entanto, os restantes 60%, distribuíram-se de forma relativamente homogênea (em torno a 20% em cada caso) ao longo dos outros três períodos tidos em consideração: 2015, 2014 e o que compreende o período anterior a 2013. Em contraste, e em coerência com o que poderíamos esperar, todas as 37 ações registadas tiveram início no próprio ano 2016.
- Por sua vez, o Gráfico III.3 permite comparar as diferentes durações relativas das ações e dos projetos. Assim, as ações tenderam a executar-se em períodos que oscilaram entre um dia e um mês, e tiveram uma média de duração de 5,5 dias. A duração dos projetos variou muito mais, e situou-se entre valores extremos muito superiores aos das ações: de uma duração mínima de 169 dias (equivalentes a cerca de seis meses) e máxima de 3.589 dias (mais de nove anos). Essa distância diminuiu um pouco se só considerarmos 50% dos projetos mais próximos da mediana, cujos tempos de execução oscilaram dentro de uma margem mais estreita, de 522 dias (1,4 anos) até 1.275 dias (3,5 anos). Em qualquer caso, a média de duração da totalidade dos projetos situou-se em torno dos 2,7 anos.

OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS MANTIVERAM EM EXECUÇÃO 100 PROJETOS E 37 AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR QUE, DE FORMA AGREGADA, REPRESENTARAM 137 INICIATIVAS

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES E DOS SEUS PARCEIROS NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA

III.2

Esta secção dedica-se a analisar o modo como os países e/ou outros organismos participaram nas 37 ações e 100 projetos de Cooperação Triangular intercambiados ao longo de 2016. A este respeito vale a pena referir várias coisas:

- a) Conforme a definição de Cooperação Triangular adotada no espaço ibero-americano, distinguem-se três papéis (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor) que, em cada caso, podem ser simultaneamente exercidos por vários agentes, o que implica que o total dos participantes não tem porque ficar limitado a três. A modo ilustrativo, 27 dos 100 projetos registados em 2016, contaram com a participação de mais de três agentes; o mesmo aconteceu com praticamente um terço das 37 ações.
- b) Nesse sentido, é também importante destacar que este capítulo se refere especificamente à Cooperação Triangular na qual participaram, pelo menos, dois países ibero-americanos, no exercício dos papéis de primeiro ofertante e de recetor. Entretanto, o papel de segundo ofertante pôde ser exercido por qualquer outro agente (país ibero-americano, não ibero-americano, organismo internacional ou uma combinação destes).

PAÍSES, ORGANISMOS E PAPÉIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.2.1

Para analisar quais foram os agentes mais ativos nesta modalidade de cooperação, elaborou-se o Gráfico III.4, que mostra, primeiro para o caso dos projetos (Gráfico III.4.1) e depois para o das ações (Gráfico III.4.2), quais foram os países e/ou organismos que, no exercício de cada um dos papéis, participaram num maior número de iniciativas. Assim, e em cada um dos gráficos, a primeira coluna indica os agentes que mais se envolveram como primeiros ofertantes, a segunda apresenta a mesma situação para os segundos ofertantes e a terceira, para os recetores.

Neste sentido, do ponto de vista dos projetos executados e conforme se depreende do Gráfico III.4.1, podemos dizer que:

- a) Em 2016, pouco mais de metade (11 em 19) dos países da América Latina exerceram o papel de primeiro ofertante, transferindo capacidades através da sua participação em, pelo menos, um dos 100 projetos triangulares registados. Tal como sugere o Gráfico, essa participação foi muito desigual. Destacaram-se o Brasil e Chile, que executaram 19 projetos cada um. Entre os dois, repartiram 38% dos projetos finalmente realizados, um valor que os situou como principais promotores de Cooperação Triangular em 2016. Estes dados corroboram o auge do Brasil, mas, sobretudo, a liderança do Chile, que durante os últimos cinco anos se manteve como o principal primeiro ofertante de Cooperação Triangular. Por seu lado, o México, Costa Rica e El Salvador, apoiaram cada um deles entre 10 e 15 projetos⁶ que, de forma agregada, representam mais de um terço do total. Os restantes seis países que participaram neste papel constituíram os últimos 26% dos projetos de 2016. Foram, por ordem de importância relativa, o Uruguai, Colômbia, Argentina, Peru, Equador e Cuba, oscilando o número de projetos participados por cada um deles entre os 7 do Uruguai e os projetos pontuais do Equador e Cuba.

Entretanto, cerca de vinte agentes apoiaram a execução dos 100 projetos de Cooperação Triangular exercendo o papel de segundos ofertantes. Deles, 8 foram países (três ibero-americanos - Espanha, México e República Dominicana -) e os outros 12 incluíram organismos internacionais do Sistema das Nações Unidas (FAO, ONU Mulheres, PMA, UNICEF, UNFPA, PNUD, UNESCO e UNICEF) e organismos regionais (tais como a OEA, BID, BCIE e CAF). Relativamente ao grau de participação destes agentes, apenas dois países, em cada caso, apoiaram uma vintena ou mais de projetos: estes foram a Alemanha (25 projetos, a quarta parte do total) e a Espanha (20 projetos, equivalentes a uma quinta parte). Em terceiro e quarto lugares, destacaram-se o Luxemburgo (pela primeira vez entre os principais segundos ofertantes) e os Estados Unidos, que estiveram em 11 e 10 projetos respetivamente, representando, de forma conjunta, outros 21%. Se aos atrás mencionados agregarmos o papel da FAO (8 projetos), obtemos os cinco agentes que

⁶ Num desses projetos, a Costa Rica partilhou o papel de primeiro ofertante com a Colômbia.

justificaram três quartos dos 100 projetos finalmente registados. Por seu lado, o Japão, um dos agentes que tradicionalmente mais tem vindo a apoiar projetos de Cooperação Triangular na região, participou como segundo ofertante em 6 dos 100 projetos registados em 2016. Finalmente, é de salientar que em

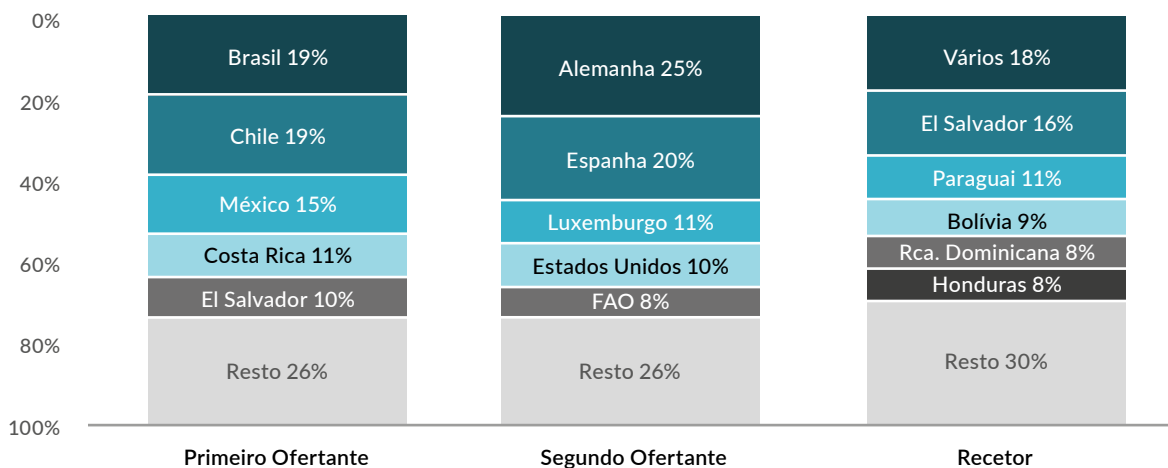
quatro ocasiões, vários agentes partilharam o papel de segundos ofertantes: por um lado, Itália e a CAF, em dois projetos, e, por outro, a República Dominicana e Espanha, e a FAO conjuntamente com o PNUD, ambos os pares associados na execução de um projeto em cada caso.

→ GRÁFICO III.4

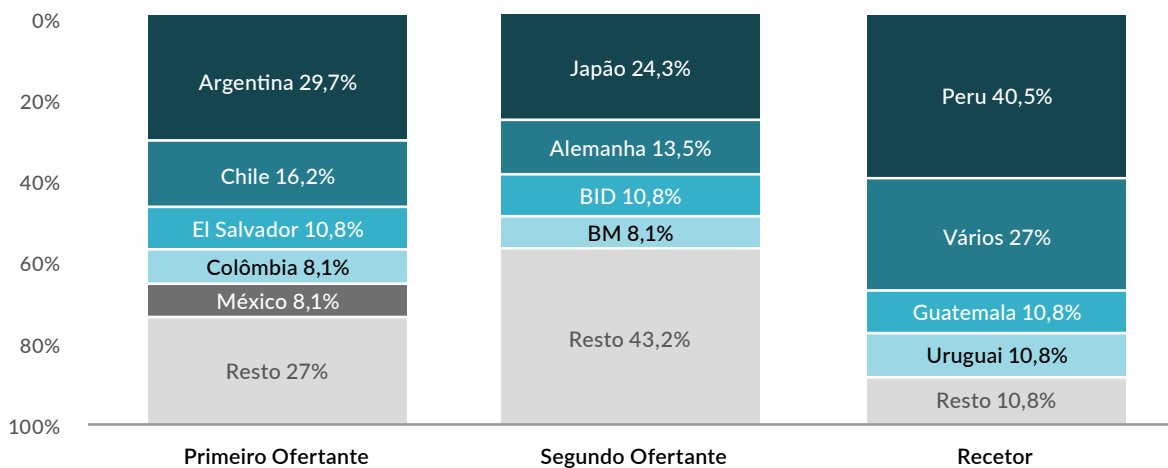
PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS AGENTES EM CADA UM DOS PAPÉIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR. 2016

Participação, em percentagem

III.4.1. Projetos



III.4.2. Ações



Nota: Na rubrica Vários, agrupam-se os projetos e ações nos quais mais de um agente exerceu esse papel
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- c) Por último, e sob o ponto de vista dos recetores, os dados mostram a continuidade de alguns dos elementos identificados em Relatórios anteriores. Nesse sentido, destaca-se que todos os países que compõem a região da América Latina exerceram o papel de recetores nalgum projeto de Cooperação Triangular, quer de forma individual quer em conjunto com outros parceiros. Nesse sentido, a casuística mais frequente dos 100 projetos foi, precisamente, a de se encontrarem vários países a exercer simultaneamente o papel de recetores (18% dos casos). O número de participantes oscilou entre 2 e 18. Nos restantes, destacou-se El Salvador, um país que, tal como na modalidade de CSS Bilateral, foi o que exerceu como recetor num maior número de projetos (16 dos possíveis 100).⁷ Foi seguido pelo Paraguai, que recebeu 11 projetos de Cooperação Triangular. Entre 5 e um máximo de 10 ocasiões, destacaram-se, por ordem de importância relativa, as participações da Bolívia, República Dominicana, Honduras e Guatemala, os quais, associados aos atrás mencionados, acabaram por justificar 70% de toda a receção de projetos.

Por seu lado, e tal como sugere o Gráfico III.4.2, a distribuição da participação dos diferentes agentes nas ações de Cooperação Triangular diferiu da dos projetos. Em concreto:

- a) Doze países exerceram o papel de primeiros ofertantes. Destacaram-se a Argentina, que transferiu capacidades em quase 30% (29,7%) das ações; e o Chile e El Salvador, com participações respetivamente de 16,2% e 10,8%. Os três países representaram 56,8% das atividades. Os 9 restantes países registaram participações mais pontuais, entre 1 e 3 ações de Cooperação Triangular em cada caso.

- b) No exercício do papel de segundo ofertante, destacou-se o Japão, que deu apoio a um quarto das ações (24,3%), principalmente em associação com a Argentina. Entretanto, a Alemanha, o BID e o Banco Mundial justificaram, em conjunto, um terço do total das ações (32,4%). As restantes foram constituídas por apoios pontuais a uma ou duas ações por parte dos 12 agentes, entre os quais devemos destacar alguns extra-regionais que não foram mencionados no caso dos projetos, tais como o Canadá, a Suíça e a OIT.
- c) O principal recetor das ações foi o Peru, o qual, com diferentes agentes, esteve presente em 40,5%. O segundo caso mais frequente foi o de vários países que exerceram simultaneamente esse papel, em parte por se tratar de cursos realizados pela Argentina e Japão a países terceiros. Completam a lista de recetores, a Guatemala, Honduras, Uruguai e Peru, com 1 a 4 ações no exercício do referido papel.

Finalmente, e para completar a análise da participação dos diferentes agentes na Cooperação Triangular, elaborou-se o Quadro III.1, que dá seguimento a um exercício já iniciado em Relatórios anteriores e análogo ao realizado para a CSS Bilateral. O objetivo é saber quão concentrados (ou não) estão os projetos e ações de Cooperação Triangular num pequeno (ou grande) número de agentes e se se detetam diferenças por papel. O exercício permite saber um pouco mais sobre a relação dos países com a Cooperação Triangular.

⁷ Além disso, acrescenta-se que El Salvador foi um dos poucos intervenientes que combinou uma participação ativa como recetor com uma também notável atividade como primeiro ofertante, chegando a estar presente numa quarta parte dos projetos. O outro caso com alguma semelhança é o da Costa Rica, que participou em 11 projetos como primeiro ofertante e em 4 como recetor único.

ACERCA DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

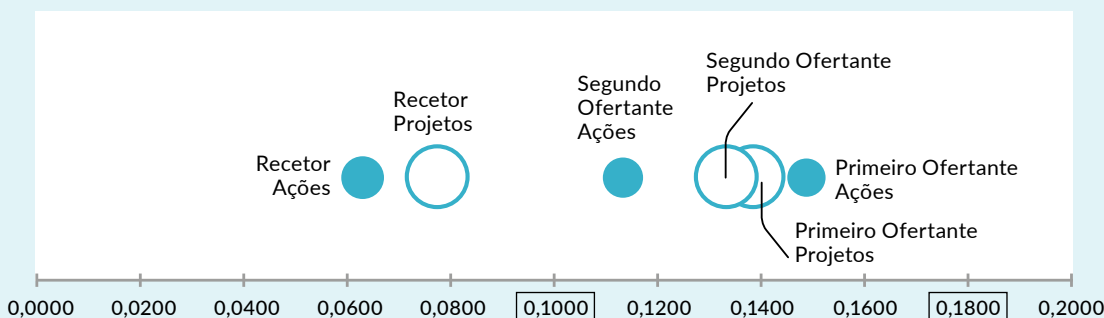
A partir da edição de 2012 deste Relatório, a estimativa do grau de concentração e dispersão apresentada pelos projetos e ações de Cooperação Triangular em poucos ou muitos agentes tem vindo a efetuar-se com base na aplicação de um indicador do comércio internacional: o Índice de Herfindahl. Os resultados que se obtêm permitem saber se a concentração e dispersão em torno de alguns agentes está condicionada pelo papel que estes exercem na Cooperação Triangular.

Uma explicação pormenorizada do Índice, bem como do seu cálculo e da forma como se interpretam os resultados que se obtêm, pode ser encontrada no quadro do Capítulo II que realiza a mesma análise para o caso da CSS Bilateral. Neste sentido, quando o índice se aplica ao caso específico da Cooperação Triangular, calcula-se para cada um dos três papéis possíveis, distinguindo-se na análise os projetos das ações. Os resultados apresentam-se no gráfico seguinte. Este distribui os valores do índice de forma crescente ao longo da horizontal, conforme correspondam a um papel e a um tipo de instrumento. O tamanho do elemento do gráfico indica o número de registos existente para esse tipo de instrumento, quer se trate de projetos quer de ações.

→ GRÁFICO

GRAU DE CONCENTRAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR CONFORME OS PAPÉIS. 2016

Valores com quatro casas decimais, conforme o Índice de Herfindahl



Nota: Para as iniciativas nas quais participaram vários agentes no exercício do mesmo papel, desagregaram-se as participações para calcular não sobre o total dos projetos e ações, mas sim sobre o total de participações-país.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para interpretar os resultados apresentados no gráfico, devemos recordar que, valores inferiores a 0,1000 sugerem diversificação; valores entre 0,1000 e 0,18000, concentração moderada; e acima de 0,1800, um grau de concentração superior. Assim, a sua observação sugere que:

- A maior diversificação se encontra na forma como se distribuiu a receção da Cooperação Triangular, sendo esta um pouco mais intensa no caso das ações que no dos projetos. Este resultado está em conformidade com o facto de que todos os países da região participaram na Cooperação Triangular no exercício desse papel, bem como com a existência de um elevado número de iniciativas nas quais vários países exerceram simultaneamente o papel de recetores.
- Por sua vez, a maior concentração (embora com valores moderados) afetou os primeiros ofertantes, tanto de projetos quanto de ações, o que está em consonância com o facto de que ainda são poucos os países que oferecem a maior parte das transferências técnicas de Cooperação Triangular.
- Finalmente, também se registou uma concentração moderada relativamente a um número reduzido de segundos ofertantes. Neste caso, o grau de concentração foi um pouco menor que no dos primeiros ofertantes, mas de novo coerente com que o apoio à Cooperação Triangular a partir do exercício deste papel tende a recair em poucos países desenvolvidos e organismos internacionais.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PRINCIPAIS AGENTES E ALIANÇAS ESTABELECIDAS

III.2.2

A presente análise identifica, para os países que se mostraram mais ativos na sua participação na Cooperação Triangular de 2016, quem foram os seus principais parceiros e que grau de interação estabeleceram. Por sua vez, isto permite que possamos conhecer as principais alianças existentes para esta modalidade de cooperação.

Para isso, selecionaram-se os principais agentes no desempenho de cada um dos papéis. Mais especificamente, analisaram-se os casos: Brasil e Chile, com 19 projetos cada um no exercício do papel de primeiros ofertantes; Alemanha, principal segundo ofertante com 25 projetos; e El Salvador, que, com 16 projetos, foi o país a exercer o papel de recetor num maior número de casos.

Assim, em primeiro lugar e com o objetivo de ilustrar as alianças estabelecidas pelo Brasil a partir do papel de primeiro ofertante, elaborou-se o Diagrama III.1. O diagrama mostra o número de projetos que o Brasil intercambiou com cada um dos seus parceiros: com os seus segundos ofertantes (caudal central); e através destes, com os seus recetores (caudal direito). De facto, conclui-se que:

- a) O Brasil concentrou 63,2% dos seus intercâmbios de Cooperação Triangular em 2016 com dois segundos ofertantes: um organismo internacional, a FAO e um país, Estados Unidos. Com a FAO, o Brasil interagiu em 7 projetos, um deles, aliás, em conjunto com o PNUD. Em conjunto com os Estados Unidos, o Brasil implementou 5. Além disso, o Brasil também teve como parceiros a Alemanha (2 projetos), e o par Itália e CAF (outros 2). Por último, o Brasil estabeleceu triangulações pontuais com Espanha, OEA e UNESCO.
- b) Por seu lado, 7 países da região viram reforçadas de forma individual as suas capacidades a partir da Cooperação Triangular com o Brasil. Destacaram-se as Honduras, que foram recetoras de parte das triangulações com os Estados Unidos em questões agrícolas e de segurança alimentar, através de projetos de longa duração (superiores a três anos) que se têm vindo a executar desde 2013. No entanto, o mais habitual foi a receção partilhada por vários projetos, uma casuística relacionada com o Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-FAO, no qual ambos os parceiros promovem projetos de alcance regional.

Entretanto, o Diagrama III.2 ilustra o caso do outro país que em mais ocasiões exerceu o papel de primeiro ofertante: o Chile. Neste sentido, a distribuição dos 19 projetos nos quais participou em 2016 em torno dos seus segundos ofertantes e recetores revela que:

- a) Tal como tem vindo a ser habitual, as associações que o Chile mantém com a Alemanha, Estados Unidos, Espanha e Japão para a execução de projetos de Cooperação Triangular justificaram quase três em cada quatro projetos deste país, sendo a Alemanha e os Estados Unidos os seus principais parceiros. No caso da Alemanha, ambos os países interagiram nas suas associações com até quatro recetores diferentes, enquanto que no caso dos Estados Unidos, as atividades triangulares estiveram centradas em dois países, República Dominicana e Paraguai. Os parceiros que completaram as alianças para os segundos ofertantes foram o PMA, FAO, México e Coreia.
- b) Por outro lado, o Chile fortaleceu capacidades através da Cooperação Triangular em oito países da região. Destacou-se o Paraguai, com quase um terço (31,6%) dos registos, relacionados com associações com a Alemanha, Estados Unidos e Japão. Em segundo lugar, a República Dominicana e El Salvador, completaram de forma conjunta quase outro terço dos projetos (31,6%). Finalmente, foram também recetores a Guatemala e Costa Rica (com dois projetos cada um); e a Argentina, Equador e Honduras (com um em cada caso).

O BRASIL E O CHILE FORAM OS DOIS PAÍSES QUE EM 2016 PARTICIPARAM NUM MAIOR NÚMERO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR (19 CADA UM)

Por seu lado e para a seguir abordar o que aconteceu com quem exerceu num maior número de ocasiões o papel de segundo ofertante, elaborou-se o Diagrama III.3 que se refere à Alemanha, a qual, através do seu Fundo Regional para a Cooperação Triangular na América Latina, ano após ano se tem vindo a consolidar como um dos principais agentes extra regionais nesta matéria. O Diagrama III.3 mostra as associações que a Alemanha (caudal central) estabeleceu com os seus primeiros ofertantes (caudal esquerdo) e com os seus recetores (caudal direito), para promover os 25 projetos registados em 2016. A sua observação sugere que:

- a) A Alemanha se relacionou com 8 primeiros ofertantes. Destacaram-se o México e Chile, os quais, com a execução de 8 e 5 projetos respetivamente, justificaram mais de metade (52%) das triangulações da Alemanha. Outros intercâmbios mais pontuais tiveram como protagonistas a Costa Rica, Brasil, Equador, Peru e Colômbia, bem como alguma combinação deles (o próprio México em conjunto com o Chile, Costa Rica e Panamá).
- b) Entretanto, a Alemanha relacionou-se com 12 recetores, cada um dos quais participou com esse país em 1 a 3 projetos. A estes devemos acrescentar os que participaram juntamente com outros, representados na rubrica Vários. De facto, esta última opção foi a mais habitual, pois em quase um quarto dos projetos (24%) foram vários os países que participaram simultaneamente como recetores dos projetos promovidos pela Alemanha.

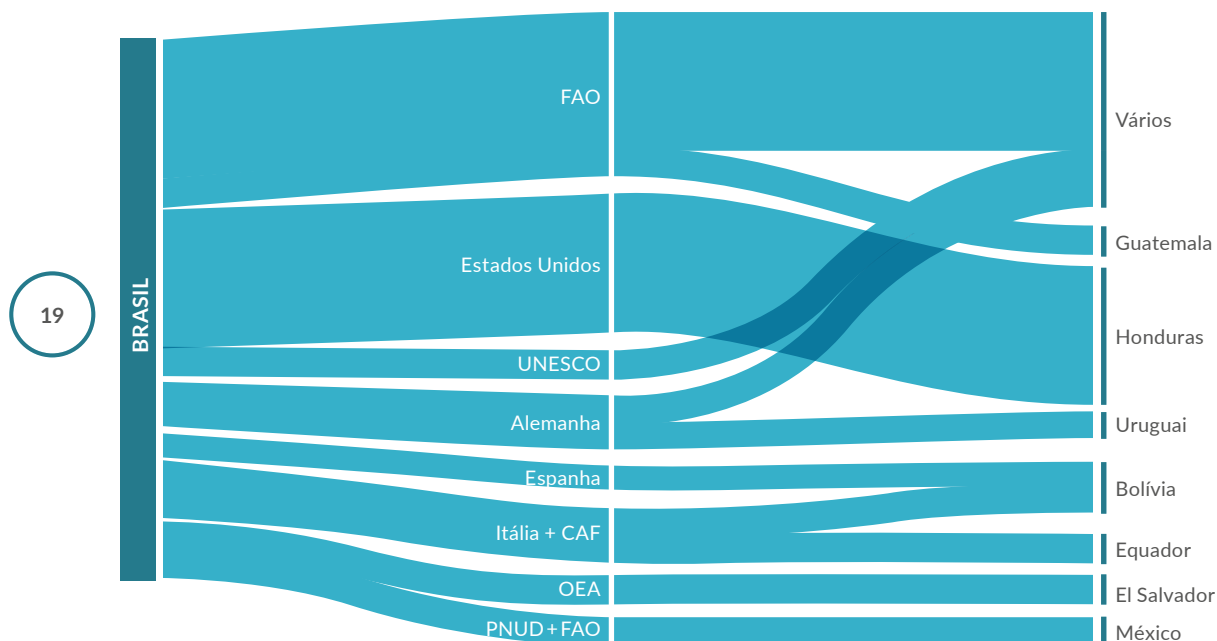
Para terminar, o Diagrama III.4 apresenta as alianças de El Salvador (caudal direito) com os seus principais parceiros, situando-se os primeiros ofertantes no caudal esquerdo e os segundos ofertantes no do centro. Assim, as alianças através das quais se executaram os 16 projetos que El Salvador recebeu em 2016, foram as seguintes:

- a) Ao longo de 2016, El Salvador recebeu, através de triangulações, cooperação técnica a partir de nove países ibero-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru e Uruguai). Estes intercâmbios foram muito diversificados, pois o número de assistências com cada parceiro oscilou entre 1 e 3 projetos.
- b) Em contrapartida, a relação com os segundos ofertantes esteve muito concentrada em dois países: Espanha e Luxemburgo, que de forma conjunta constituíram mais de metade (56,3%) das triangulações de El Salvador. Uma das particularidades da relação com o Luxemburgo reside num instrumento, o Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do qual o Luxemburgo não só financia atividades de CSS Bilateral, mas também contribui para que El Salvador participe em atividades de Cooperação Triangular tanto no papel de Primeiro Ofertante quanto no de Recetor. Como resultado, o Fundo é um instrumento que permite a El Salvador articular a sua Cooperação Triangular a partir de ambas as direções. Por sua vez e no caso dos projetos executados com Espanha, podemos encontrar um projeto de Cooperação Triangular em matéria de igualdade de género com o Peru como primeiro ofertante, que merece destaque no Quadro III.2. As restantes associações com os segundos ofertantes foram sete projetos individuais com sete agentes diferentes (3 organismos internacionais - OEA, UNICEF e UNFPA - e quatro países - Alemanha, Estados Unidos, Japão e México -).

→ DIAGRAMA III.1

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO BRASIL NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE, CONFORME O SEGUNDO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

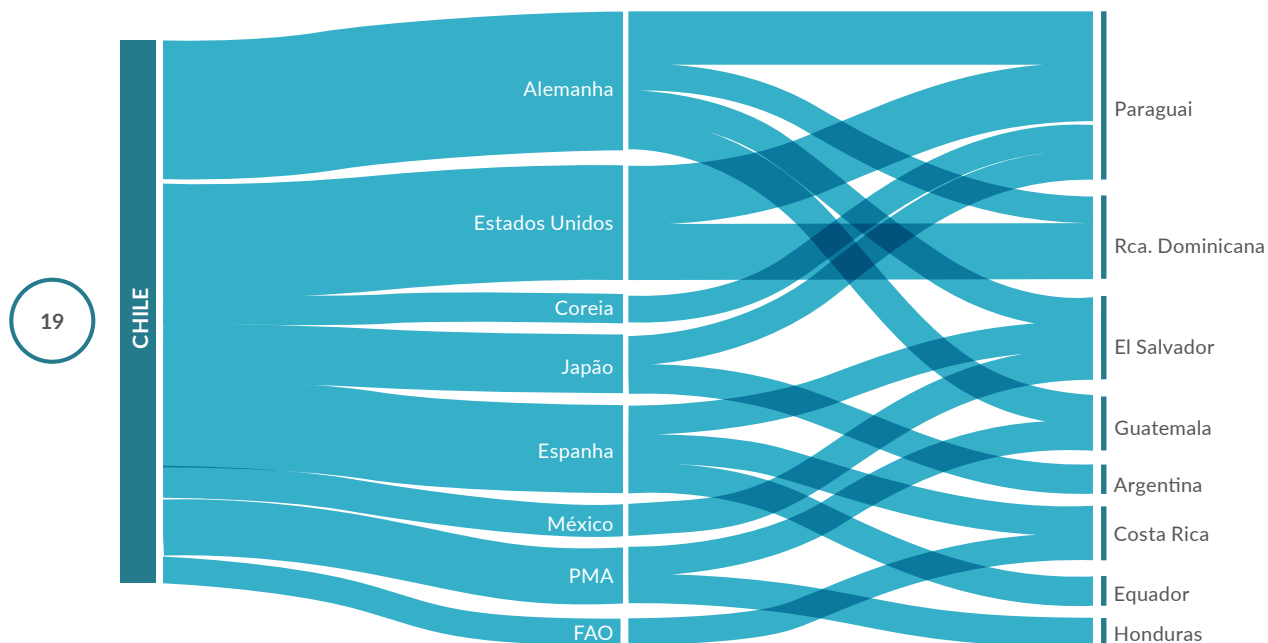


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.2

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO CHILE NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE, CONFORME O SEGUNDO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

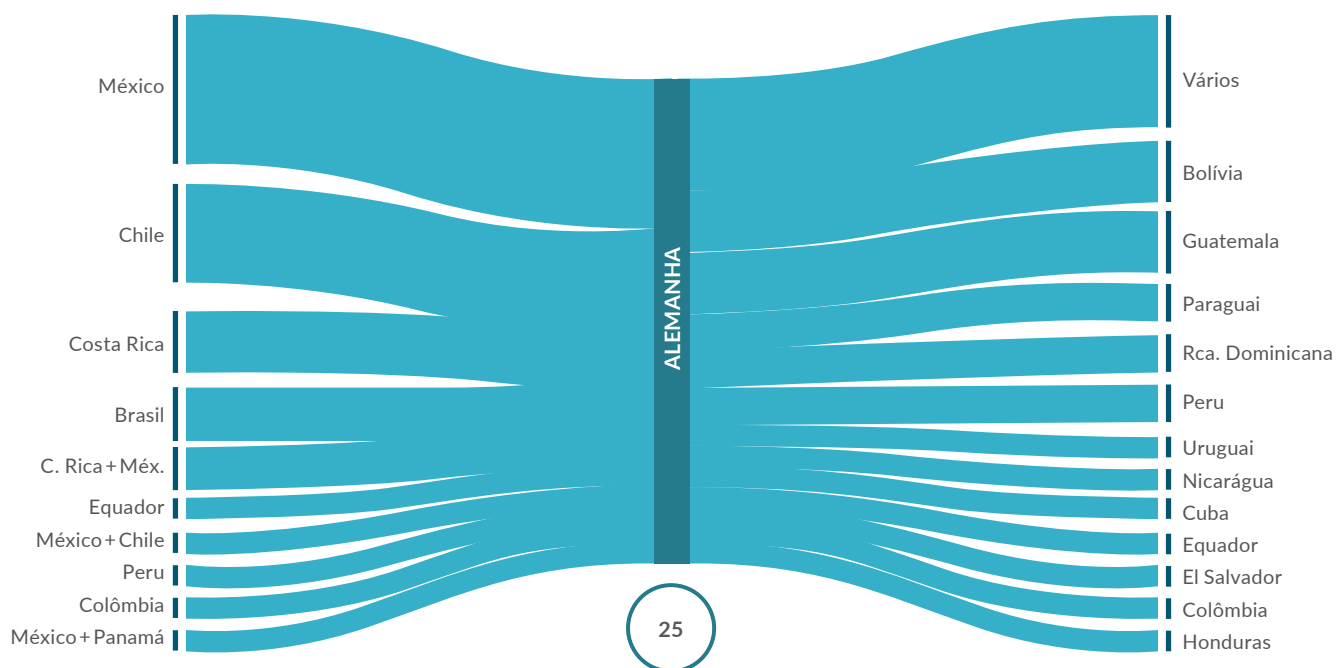


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.3

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA ALEMANHA NO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE, CONFORME O PRIMEIRO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

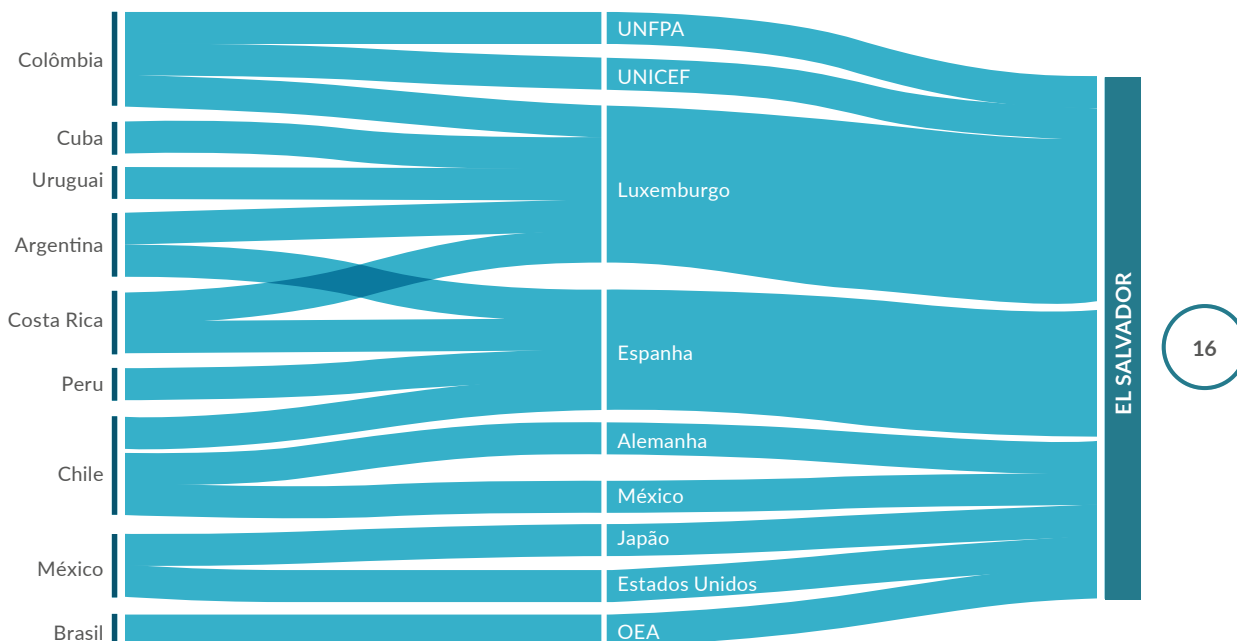


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.4

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE EL SALVADOR NO PAPEL DE RECETOR, CONFORME O PRIMEIRO E SEGUNDO OFERTANTES. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O APOIO ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO PERU E ESPANHA NA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA FEMINICIDA EM SALVADOR

Em novembro de 2010, El Salvador aprovou a Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres (LEIV), assumindo o compromisso de lutar contra o feminicídio e outras formas de violência contra a mulher, um dos maiores flagelos da sociedade salvadorenha. De facto, o Relatório sobre o Estado e Situação da violência contra as mulheres em El Salvador, elaborado pelo Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU), revelou que, conforme as estatísticas acordadas, entre janeiro de 2012 e junho de 2016, se registaram 1.705 mortes violentas de mulheres no país.

Na verdade, um dos principais problemas que El Salvador enfrenta nesta tarefa é contar com dados precisos de carácter qualitativo e quantitativo sobre a violência de género contra as mulheres através de um registo único de vítimas de violência feminicida. Até agora eram três as instituições que forneciam dados sobre este tema (a Procuradoria-Geral da República, o Instituto de Medicina Legal e a Polícia Nacional Civil). Acontece que os seus dados não eram coincidentes, o que levou à necessidade de constituir um registo único, centralizado através do ISDEMU. Contar com este sistema de informação tornou-se imprescindível, pois a sua disponibilidade deverá contribuir para o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre Violência contra as Mulheres, bem como para uma melhor gestão da informação sobre a violência de género contra as mulheres, para assim refletir o seu estado no país e servir como ferramenta para a tomada de decisões na formulação de políticas públicas de prevenção, apoio e erradicação do referido fenómeno.

Neste quadro e através do Fundo de Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Espanha-El Salvador, com contribuições de ambos os parceiros e com o apoio técnico do Peru, deu-se início ao projeto de Cooperação Triangular dedicado à "Institucionalização de um Sistema de Informação que contribua para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da Violência feminicida em El Salvador com base na experiência do Peru e Espanha". Com efeito, o projeto conta com a experiência do Ministério Público do Peru e das políticas desenvolvidas pelo Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis. Alinhado com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento 2014-2019 de El Salvador, através dos seus objetivos estratégicos 3 e 5 relativos à segurança dos cidadãos e igualdade, foi aprovado na V reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica e Científica entre o Peru e El Salvador. Da mesma forma o projeto inscreve-se nos Quadros de Associação-País que Espanha acordou com cada um dos outros dois países parceiros.

Um dos principais elementos deste projeto, cujo início data de finais de agosto de 2016 e que em 2018 se mantinha em execução, foi o carácter multidisciplinar das instituições salvadorenhas que nele participam. A modo de exemplo, envolve, entre outros agentes, o Vice-Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (encarregado da coordenação em conjunto com a AECID), o ISDEMU (como instituição líder do projeto), a Unidade Técnica Executiva do Setor da Justiça, e a Direção-Geral de Estatística e Censos. Já no documento do Plano de Ação, os países parceiros definiram as responsabilidades que seriam assumidas por cada instituição, bem como os critérios de Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade e Impacto que orientariam a execução do projeto.

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM 2016

III.3

Depois de analisar quem foram os principais protagonistas da Cooperação Triangular de 2016, passamos a rever quais foram as áreas de atividade nas quais se enquadraram as iniciativas promovidas nesse exercício. Para que os resultados apontados sejam significativos, a análise concentra-se nos 100 projetos registados em 2016, e prescinde das 37 ações.⁸

Através desta análise, poderemos saber quais foram as capacidades setoriais que a região tendeu a fortalecer em 2016 através da execução da Cooperação Triangular. Ainda, e na medida em que os dados disponíveis o permitam, poderemos saber melhor como nela incidiu o perfil particular de cada um dos principais parceiros cooperantes.

Para compreender a metodologia aplicada, convém recordar algumas questões já adiantadas no Capítulo II:

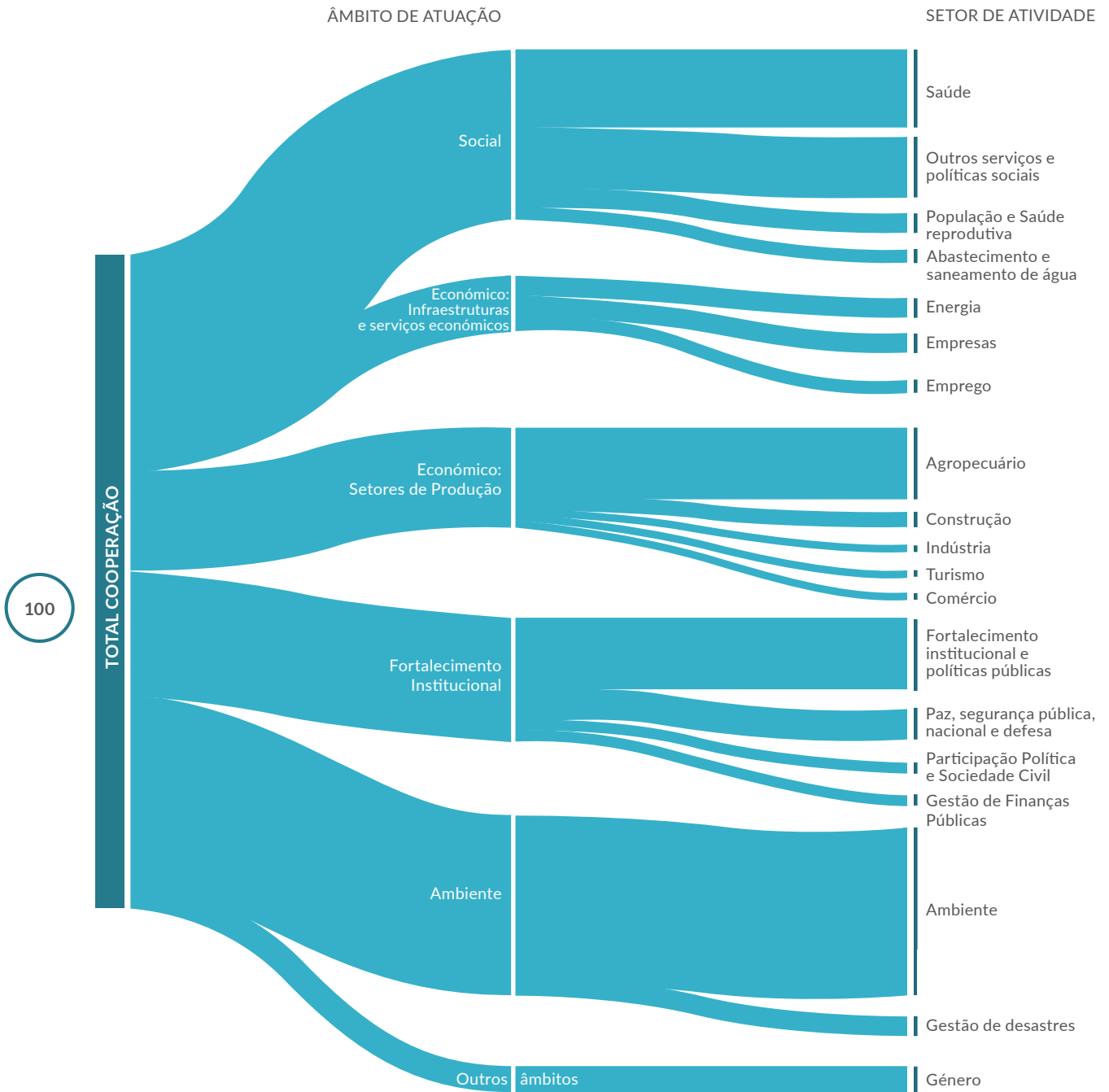
- a) A análise utiliza a classificação por setores de atividade reconhecida no espaço ibero-americano. Até à anterior edição do Relatório, tratava-se de 27 setores. A atual edição introduz uma alteração de fundo na referida classificação, resultante de uma desagregação do anteriormente designado setor Governo, que agora permite identificar e distinguir com mais precisão os conteúdos relacionados com o fortalecimento das instituições governamentais.
- b) Os 30 setores acima mencionados agrupam-se, por sua vez, em seis âmbitos de atuação. Em concreto, trata-se dos âmbitos Social, Infraestruturas e serviços económicos, Setores produtivos, Fortalecimento institucional, Ambiente e um genérico Outros.
- c) A tabela completa, com os 30 setores classificados de acordo com os correspondentes âmbitos de atuação e definições, pode ser encontrada nos Anexos do Capítulo II.

⁸ Tal como iremos ver, para uma análise que requer a distribuição dos dados em torno de 30 setores de atividade diferentes, um registo de 37 é demasiado baixo para a obtenção de resultados concludentes.

→ DIAGRAMA III.5

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANÁLISE SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.3.1

O Diagrama III.5 distribui a modo de fluxo os 100 projetos de Cooperação Triangular que os países ibero-americanos mantiveram em execução ao longo de 2016 (caudal esquerdo), e organiza-os conforme o âmbito de atuação (caudal central) e setor de atividade (caudal direito) com que se relacionaram. Da sua observação depreende-se que:

- a) Os âmbitos Ambiental, Social e Económico (este último nas duas vertentes - Produtiva e de Infraestruturas e serviços -), justificaram de forma agregada cerca de 75% dos projetos executados em 2016. Em concreto, o Ambiente constituiu 27% do total, o Social 26% e o Económico, 24%.⁹ Neste âmbito prevaleceu o produtivo (16%) face aos serviços (8%). 23% dos restantes projetos repartiram-se por Fortalecimento institucional (19%) e Outros âmbitos (apenas 4%).
- b) No âmbito Ambiental, os projetos foram principalmente orientados para a defesa e proteção do ambiente (88,9%) mais que para a Gestão de desastres (11,1%). Em concreto, destacaram-se os projetos dirigidos ao processo de adaptação à mudança do clima, bem como à gestão de áreas protegidas e de resíduos sólidos. Um destes, foi o Programa de Bandeira Azul Ecológica, implementado nas Honduras com o apoio do Programa de Cooperação Triangular Costa Rica-Espanha, do qual podemos encontrar uma descrição mais pormenorizada no Quadro III.3.
- c) No âmbito Social, houve um setor claramente predominante: o da Saúde, que constituiu 46,1% dos projetos classificados nesse contexto. Predominaram aqui os projetos orientados para melhorar os serviços de saúde, embora também se tratassem temas de segurança alimentar e doenças transmissíveis, tal como o VIH/SIDA. Por sua vez, o setor Outros serviços e políticas sociais foi o segundo em ordem de importância relativa da área Social, agrupando projetos com uma clara abordagem inclusiva e no qual se destacaram os orientados para o trabalho com a juventude e com comunidades rurais. Outro resultado interessante e muito diferente do observado para a CSS Bilateral é a ausência de projetos triangulares de Educação, sendo este setor o quarto mais importante dos bilaterais.
- d) Relativamente aos projetos Económicos, tal como acontece na CSS Bilateral, são de salientar os que atenderam ao âmbito produtivo, e, muito especialmente, ao setor Agropecuário, o qual representou o terceiro setor com maior importância relativa sobre o total dos 100 projetos de 2016 (10,9%), e no qual predominaram intervenções que procuraram fortalecer as cadeias produtivas de determinadas culturas.
- e) Por sua vez, o Fortalecimento institucional (18,8% dos projetos finais) centrou-se muito (57,9%) no apoio às instituições de governo e nas suas políticas públicas. Em concreto, identificaram-se projetos orientados para melhorar os conhecimentos, eficiência e/ou gestão das principais instituições de cooperação, melhorias na gestão do serviço civil ou capacitações a diferentes instituições públicas em temas de planificação ou avaliação.
- f) Por último, em Outros âmbitos, só se registou um número reduzido de projetos orientados para promover a igualdade de género (cerca de 4% do total). Em contraste, devemos referir que na Cooperação Triangular não se registaram projetos no setor cultural, o que colide com o que aconteceu na modalidade bilateral, na qual a Cultura se destacou como um dos 7 setores de atividade mais importantes.

⁹ Este perfil de prioridades a priori contrasta com o da CSS Bilateral. Assim, na modalidade bilateral, os projetos dedicados à defesa e proteção do ambiente são relativamente menores em comparação com o âmbito económico e social. Em contraste, na Cooperação Triangular, o âmbito ambiental compete em importância com os outros dois, evidenciando que a Cooperação Triangular não reproduz o esquema setorial de outras modalidades de cooperação. Convém destacar, mesmo assim e dado que a Cooperação Triangular é muito menor em volume que a CSS Bilateral, que o atrás mencionado não permite assegurar com certeza que a Cooperação Triangular esteja a reforçar áreas que a CSS Bilateral não reforce, já que, em termos absolutos, os projetos em matéria ambiental continuam a ser superiores em número na modalidade bilateral (33) do que na modalidade triangular (24).

A TRANSFERÊNCIA DO PROGRAMA BANDEIRA AZUL ECOLÓGICA DA COSTA RICA PARA AS HONDURAS: UMA TRIANGULAÇÃO APOIADA POR ESPANHA

A Costa Rica, que a partir de 1994 já reconhece na sua Constituição o direito a um ambiente saudável e equilibrado, é um dos países ibero-americanos que mais progressos registou na defesa e conservação do ambiente e na luta contra as alterações climáticas. Este país, apesar de representar apenas 0,03% do território mundial, concentra cerca de 6% da biodiversidade do mundo e o seu Sistema de Parques Naturais e Reservas constitui uma quarta parte do território do país. No âmbito desta ênfase na proteção dos seus ecossistemas e na garantia da sustentabilidade ambiental, em 1995 e através do seu Laboratório Nacional de Águas, promoveu o Programa Bandeira Azul Ecológica (PBAE), uma iniciativa para proteger o ambiente através do empoderamento da sociedade civil.

O programa atribui galardões a diferentes categorias (nos seus mais de 20 anos de implementação, estas já aumentaram para 15) a quem se apresente para obter esses galardões depois de cumprir uma série de requisitos. Em função da categoria, podem candidatar-se diferentes agentes: sociedade civil, universidades, centros educativos, entidades públicas, empresas, bancos, hotéis, etc., que posteriormente são avaliados para a atribuição do referido reconhecimento. Assim, a obtenção do galardão (uma espécie de selo de qualidade) e o reconhecimento que tal implica, incentiva e promove a aplicação de medidas de proteção do ambiente nas mais diversas áreas (educação ambiental, limpeza de praias e conservação e salubridade dos recursos hídricos, entre muitas outras), envolvendo na sua consecução não só o governo, mas também toda a sociedade. Este programa contribui assim para a defesa do ambiente, constituindo também um benefício económico para os agentes que obtêm o galardão e criando um impacto positivo em aspetos, tais como o turismo.

Dado o sucesso do programa na Costa Rica, este foi já reproduzido noutros países, como no Panamá e no Peru. Além disso, em 2016 iniciou a sua implementação nas Honduras, através de um projeto de Cooperação Triangular entre ambos os países centro-americanos, para o qual nessa ocasião se contou com o apoio de Espanha.

Este último projeto de Cooperação Triangular enquadra-se na Estratégia Nacional de Turismo Sustentável estabelecida pelo Instituto Hondurenho de Turismo (IHT) e, no futuro, pretende alargar a implementação do PBAE a todo o país. Na sua conceção, o projeto procura implementar quatro das categorias do Programa da Costa

Rica: em concreto, pretende assegurar a sustentabilidade das praias, centros educativos, comunidades e áreas naturais protegidas do país. Para isso, a Costa Rica apoia a implementação do programa, através de assessoria e de intercâmbio de experiências e informações e Espanha apoia financeiramente a execução do projeto. Os objetivos específicos desta triangulação concretizaram-se em seis pontos:

- Implementação de várias categorias do PBAE nas Honduras.
- Análise da legislação para regulamentar a sustentabilidade, contribuindo para o ambiente, saúde humana, desenvolvimento comunitário e adaptação e atenuação das alterações climáticas.
- Promoção de critérios específicos sobre a qualidade da água, educação e gestão ambiental e segurança dos serviços oferecidos nas praias das Honduras.
- Alargamento do programa de capacitação aos comités locais.
- Realização de uma inspeção na embaixada da Costa Rica nas Honduras no quadro da participação dessa embaixada na Categoria Ecodiplomática do Programa Bandeira Azul Ecológica.

A execução do projeto iniciou-se em 2016, com a implementação de um projeto-piloto no município de Marcovia, deixando instaladas as quatro categorias do Programa atrás mencionadas: Praia, Comunidade, Centro Educativo e Espaço Natural Protegido. Para isso e apenas durante esse ano, funcionários costa-riquenses deslocaram-se em duas ocasiões às Honduras, para capacitar funcionários do Instituto Hondurenho do Turismo e apoiar a implementação do projeto-piloto nos Comités locais da "Isla Boca de Río Viejo". Na primeira deslocação, visitaram diversos pontos da costa pacífica e atlântica onde fizeram um diagnóstico das condições ambientais e sanitárias de várias amostras de água recolhidas em diferentes pontos. Também analisaram a legislação hondurenha para adaptar o PBAE ao contexto do país, conforme as suas necessidades e particularidades e de acordo com as condições nacionais do país vizinho.

O projeto, ainda em execução, conta já entre os seus resultados com os primeiros galardões atribuídos nas Honduras. A modo ilustrativo, a praia de Utila obteve o galardão graças ao trabalho do seu Comité Local em diversos aspetos, tais como na qualidade da água (tanto marinha quanto potável), gestão de detritos nas praias e presença e sinalização de pontos de recolha de lixo.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PERFIL SETORIAL DOS PRINCIPAIS AGENTES DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.3.2

A distribuição setorial dos projetos a nível regional tende a resultar da forma como os agentes de maior peso no conjunto da Cooperação Triangular a influenciam. Por isso, e para completar a análise setorial, passa-se a identificar o perfil de

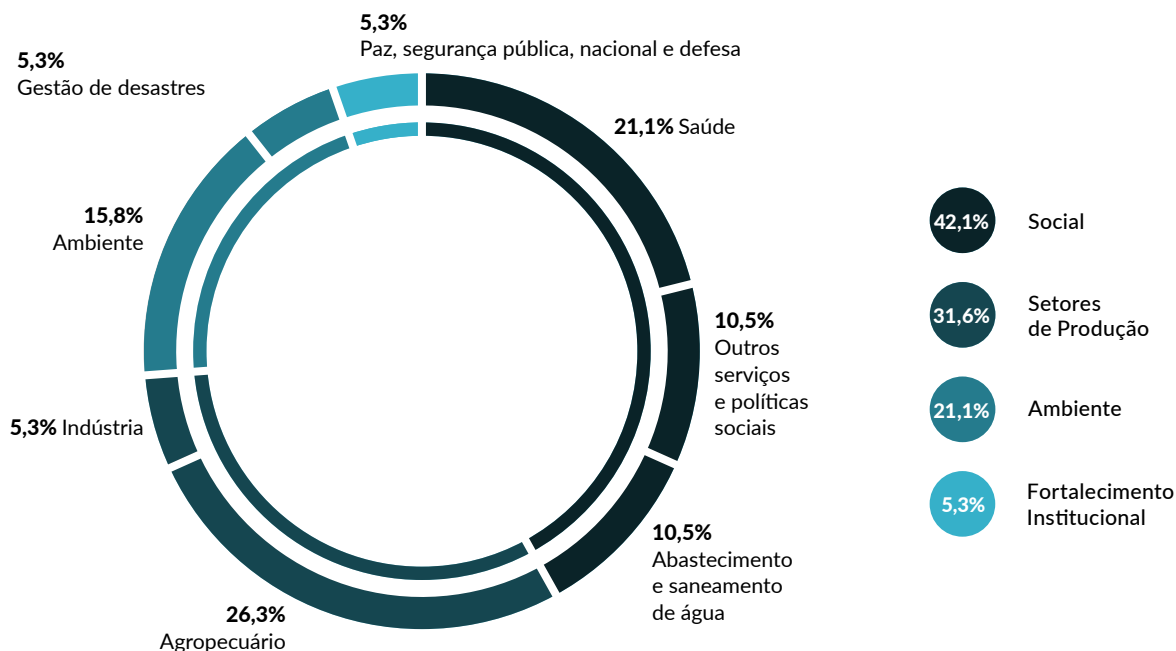
capacidades com que os agentes mais dinâmicos participaram nos 100 projetos promovidos em 2016. Para obter resultados significativos, a análise volta a concentrar-se no Brasil e no Chile como primeiros ofertantes, na Alemanha como segundo ofertante e em El Salvador como recetor. O Gráfico III.5, nas quatro seguintes variantes, distribui os projetos nos quais cada um destes países participou em 2016, conforme o âmbito de atuação e o setor de atividade.

→ GRÁFICO III.5

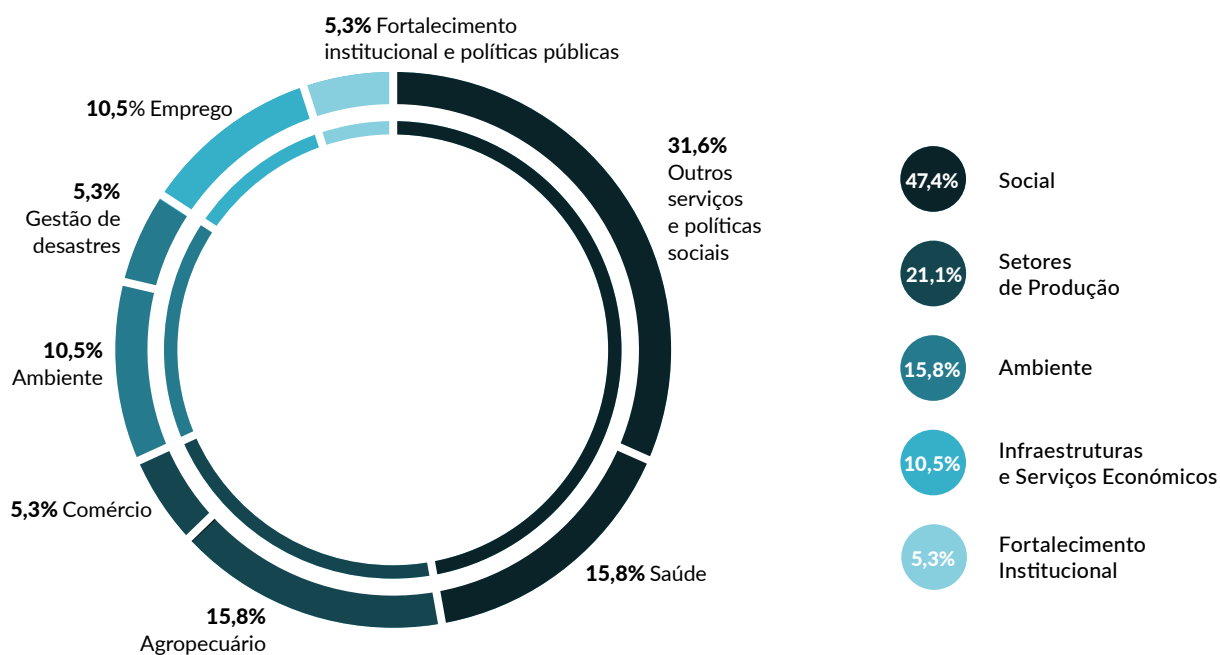
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE CSS TRIANGULAR DOS PRINCIPAIS AGENTES NO EXERCÍCIO DE CADA UM DOS PAPÉIS. 2016

Em porcentagem

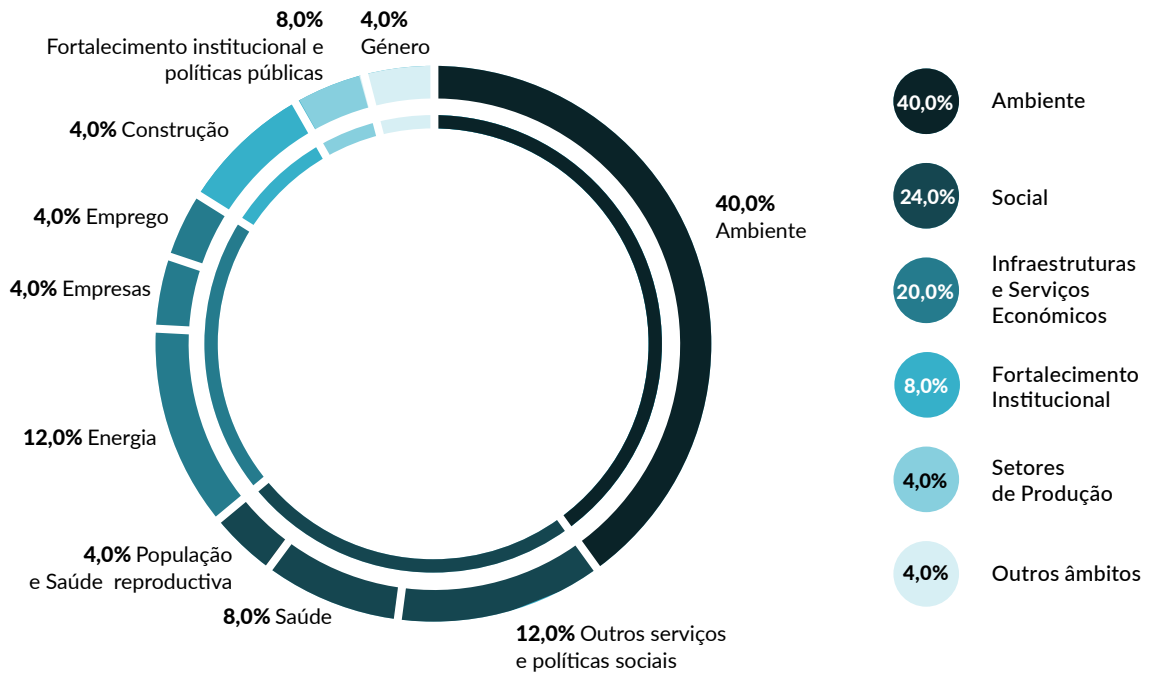
III.5.1. BRASIL, NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE



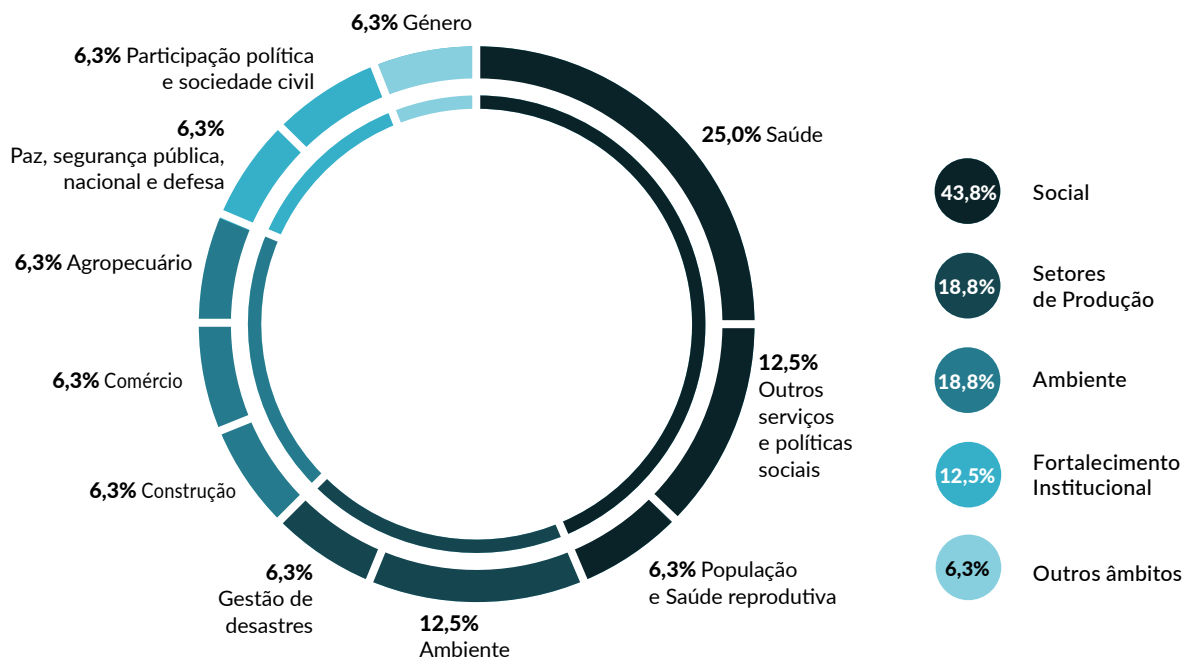
III.5.2. CHILE, NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE



III.5.3. ALEMANHA, NO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE



III.5.4. EL SALVADOR, NO PAPEL DE RECETOR



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- a) No caso do Brasil, destacaram-se os projetos dos âmbitos Social e Produtivo. Dentro destes, destacaram-se os relacionados com os setores Agropecuário (mais de um quarto dos projetos brasileiros - 26,3%) e da Saúde (pouco mais de um quinto do total - 21,1%). Este perfil está estreitamente relacionado com as parcerias estabelecidas pelo Brasil com a FAO e com os Estados Unidos e, mais concretamente, com os projetos enquadrados no Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO e na Convenção Trilateral Brasil, Honduras e Estados Unidos, cujas áreas de trabalho são temas de segurança alimentar e fortalecimento produtivo agrícola. Além disso, o Brasil também se destacou pela cooperação com uma marcada componente ambiental, neste caso relacionada com experiências de alcance regional em associação com a Alemanha para a gestão de resíduos com o Programa Amazônia sem Fogo, em conjunto com a Itália e a CAF.
- b) No que se refere ao Chile, a sua Cooperação Triangular também se destacou por fazer prevalecer a área Social e Produtiva, tendo esses âmbitos representado mais de três quintos das suas triangulações (63,2%). No entanto, a composição setorial divergiu da do Brasil, pois os projetos que mais se destacaram foram os orientados para Outros serviços e políticas sociais (quase um terço do total, 31,6%). Entre eles, vale a pena referir os dedicados à juventude com os Estados Unidos na República Dominicana e o de Metodologias de intervenção em núcleos precários executado com a Alemanha no Paraguai. Completou o perfil social o setor da Saúde, segundo em ordem de importância juntamente com os projetos agropecuários, no âmbito económico. A composição destes últimos foi diferente, identificando-se experiências para reforçar as redes de saúde (em conjunto com a Coreia do Sul e o Paraguai), melhorar a segurança alimentar (com a Alemanha e a Guatemala) e apoiar a reabilitação de jovens após o consumo de substâncias nocivas (neste caso, com Espanha e El Salvador).
- c) Por sua vez, tal como já pudemos ver em passadas edições do Relatório, o apoio da Alemanha à Cooperação Triangular teve uma grande componente ambiental, situando-se nesse setor 40% das suas triangulações. Neste sentido, das suas alianças com o México e a Costa Rica, por exemplo, resultaram algumas das experiências orientadas para a gestão de resíduos e reciclagem ou para a proteção das zonas costeiras. Um caso concreto apresenta-se no Quadro III.4, que mostra em pormenor o projeto através do qual a Alemanha deu apoio ao México e Bolívia na melhoria do tratamento de águas residuais para facilitar a sua posterior reutilização com fins agrícolas. De forma complementar, são também de salientar os projetos orientados para Outros serviços e políticas sociais (exclusivamente executados em parceria com o Chile), bem como aqueles que se focalizaram na promoção da sustentabilidade e eficiência na produção e uso de Energia.
- d) Por último, a Cooperação Triangular recebida por El Salvador, teve uma grande diversificação setorial, salientando-se ligeiramente os projetos no âmbito do setor da Saúde (um quarto do total), especificamente apoiados pelos seus parceiros do Luxemburgo e Espanha e orientados para melhorar os serviços de saúde e de transplantes.

TANTO NO CASO DO BRASIL QUANTO NO DO CHILE,
A MAIOR PARTE DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO
TRIANGULAR PRETENDERAM DAR RESPOSTA A PROBLEMAS
DE CARÁTER SOCIAL E PRODUTIVO

MÉXICO, ALEMANHA E BOLÍVIA: UMA ASSOCIAÇÃO A LONGO PRAZO QUE CONTRIBUI PARA A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

De acordo com um estudo do Banco Mundial, em 2015 o uso de águas residuais por tratar para rega agrícola era uma prática habitual na Bolívia, sobretudo nas áreas periurbanas do país. Neste sentido, e embora o uso de águas residuais seja uma alternativa quando o acesso a fontes de água de outro tipo é limitado, o problema resulta do uso desta água estar por tratar. Dado o seu caráter informal, esta prática também representa um risco para a saúde tanto dos criadores de gado e agricultores, quanto dos consumidores.

Nesse contexto, o tratamento de águas residuais torna-se numa ferramenta extremamente útil para minimizar os riscos para a saúde, bem como para garantir a sustentabilidade da produção agrícola e contribuir para a adaptação do país às alterações climáticas. Dessa forma surgiu a associação entre o México, a Alemanha e a Bolívia. O trabalho destes três países nessa área tem origem na visita em 2009 de uma delegação boliviana ao México para se interessar pela situação desse país na gestão de recursos hídricos, âmbito no qual mostrou interesse em cooperar com o país mesoamericano. Após várias visitas e reuniões bilaterais, formulou-se o projeto conjunto “Apoio à melhoria da reutilização e tratamento de águas residuais para a proteção de corpos de água, com perspectiva de adaptação às alterações climáticas” que foi apresentado e aprovado para financiamento por parte do Fundo regional para a cooperação triangular na América Latina e no Caribe da Alemanha. O projeto, que se manteve em execução entre 2012 e 2013, incluiu várias missões técnicas, seminários, cursos e estágios, para além de uma visita à Alemanha para saber mais sobre esta gestão nesse país. No seguimento do êxito conseguido com este primeiro projeto, entre os anos 2014 e 2016, aprovou-se a execução por parte dos mesmos atores do projeto “Reutilização de Águas Residuais tratadas para rega agrícola” cujo objetivo foi melhorar as condições para a reutilização de águas residuais tratadas para rega agrícola, no qual se trabalhou em três linhas de ação:

- a) Melhoria e estabelecimento de um quadro regulamentar e regulador para o tratamento de águas residuais.
- b) Formação e capacitação de funcionários no tratamento de águas residuais com fins agrícolas.
- c) Execução de projetos-piloto nesta matéria

Para a execução deste segundo projeto identificaram-se três etapas e executaram-se um total de 28 atividades, concretizadas em várias missões técnicas, cursos, workshops e estágios, e que incluíram, segundo os cálculos do México, um total de 439 dias de assessoramento técnico por parte deste país mesoamericano. Parte delas consistiram no apoio e assessoria que o México prestou aos três projetos piloto que se implementaram no Município de Sacaba e na comunidade de Patacamaya no Planalto. É ainda de salientar que a participação do México e da Bolívia ocorreu através de diferentes instituições governamentais, tanto nacionais quanto estatais e municipais.

Esta colaboração a longo prazo, que dura há já mais de quatro anos, também permitiu estabelecer estruturas para continuar a fomentar a cooperação entre ambos os países, para além dos projetos mencionados.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação: Banco Mundial (2015)

ASPETOS OPERACIONAIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4

Tal como tem vindo a ser habitual e respondendo às decisões adotadas pelos países em Buenos Aires no ano 2013,¹⁰ esta secção do Capítulo III procura conhecer em maior profundidade outros aspetos de carácter específico relativos à gestão da Cooperação Triangular. Nesse sentido, a análise centra-se em três aspetos:

- a) A existência ou não de quadros regulamentares para a articulação da Cooperação Triangular, e, em caso afirmativo, a identificação dos países neles envolvidos.
- b) A origem das iniciativas de Cooperação Triangular promovidas em 2016. O objetivo é constatar se esta modalidade responde efetivamente a uma abordagem de procura, já que este é um dos critérios ou princípios que lhe são subjacentes.¹¹
- c) A identificação de quadros de associação e mecanismos de financiamento desta modalidade, dando-se uma ênfase especial à possível existência de fundos ou fundos mistos.¹²

QUADROS OPERACIONAIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4.1

Os países ibero-americanos salientaram por diversas vezes que um dos principais desafios na gestão da Cooperação Triangular é a coordenação dos diversos intervenientes que participam nos projetos. À participação das Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países envolvidos, acrescentam-se as instituições setoriais de cada um dos parceiros, o que implica que o esforço de coordenar e definir claramente os papéis deve ser maior. Para saber se os projetos e ações que estiveram em execução durante 2016

se enquadraram em algum tipo de mecanismo regulador dessa triangulação, construiu-se o Gráfico III.6, que foi elaborado conforme os países declararam a existência ou não desses mecanismos. É de salientar que se obteve resposta para 41,6% dos projetos e ações (menos de metade), pelo que os resultados apontados pelo Gráfico são parciais e não devem ser interpretados de forma concludente. De qualquer modo, a sua observação sugere que:

- a) Praticamente 9 em cada 10 iniciativas (89,5%) contaram com mecanismos reguladores, independentemente de serem ações ou projetos. Por outras palavras, apenas 10,5% do total dos projetos e ações que foram analisados, não tinham qualquer tipo de regulamentação formalizada sob a qual articular a sua execução.
- b) Do total das iniciativas que tinham um quadro regulamentar, 62,7% delas já contava com ele antes da sua aprovação e/ou início de execução. Neste sentido, os países relataram como tais os programas de Cooperação Triangular para países terceiros, como por exemplo e entre outros, os estabelecidos entre Brasil e FAO, Espanha e Costa Rica, Espanha e El Salvador ou Brasil e OEA. Aqui também se incluíram Comissões Mistas, Acordos Tripartidos (como o que sustenta os projetos do Brasil, Estados Unidos e Honduras) e Memorandos de Entendimento para a realização de projetos de Cooperação Triangular como os que são usados por Espanha nas suas parcerias com outros países ibero-americanos. Isto sem prejuízo de que, posteriormente, as atividades executadas através desses quadros contassem com instrumentos mais específicos para a regulamentação, coordenação e definição de papéis. No que respeita a estes últimos, 37,3% das iniciativas que contaram com quadros regulamentares apoiaram-se neste tipo de instrumentos para definir funções, papéis e/ou mecanismos de regulamentação. Neste caso, tratou-se de registos de discussões, documentos de projeto e declarações de intenção, entre outros, por parte dos agentes participantes.

¹⁰ No quadro do workshop "Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: revisão do tratamento das cooperações triangular e regional" realizado em Buenos Aires, de 20 a 22 de março de 2013, e organizado pelo PIFCSS e pela SEGIB.

¹¹ No Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América (PIFCSS, 2015) destacam-se muitos destes critérios e princípios, previamente definidos nos questionários e workshops conjuntos com os países.

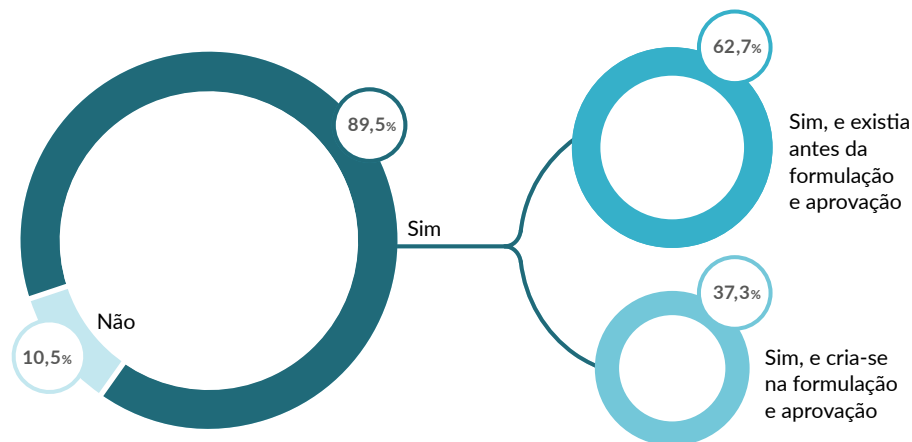
¹² Em futuras edições do Relatório e em resposta ao novo mandato que resultou do workshop "SIDICSS e o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: Construindo novos requisitos de informação sobre a Cooperação Triangular e CSS Regional", realizado de 24 a 26 de outubro de 2017 em Lima (Peru), no qual se redefiniram os requisitos de informação solicitados aos países para as modalidades de Cooperação Triangular e CSS Regional, a estrutura desta secção será modificada. No entanto, essas modificações ainda não têm impacto na atual edição do Relatório.

¹³ Uma vez mais no Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América (PIFCSS, 2015) destacam-se muitos destes elementos, indicados através de questionários e workshops conjuntos com os países.

→ GRÁFICO III.6

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME TENHAM SIDO EXECUTADOS COM MECANISMOS QUE REGULAMENTARAM A TRIANGULAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ORIGEM DAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4.2

Com o objetivo de saber se a Cooperação Triangular apresenta uma abordagem de procura baseada nas necessidades identificadas pelos próprios países, analisou-se como se articularam as comunicações entre os países participantes na origem das iniciativas registadas. Isso também permite saber se as iniciativas são de caráter triangular desde a origem e conceção, ou se, de outra forma, o que acontece é que os países em desenvolvimento acordam inicialmente na execução bilateral de um projeto e posteriormente identificam a necessidade de obter apoios para ele através da incorporação de um terceiro agente.

Para este exercício concreto, dispusemos de informação para uma mostra de ações e projetos muito semelhante à utilizada para identificar os quadros regulamentares: assim, contamos com informação relativa à origem da Cooperação Triangular para 43,1% dos 137 projetos e ações mantidos em execução em 2016 (muito próximo dos 41,6% do exercício anterior). Mais uma vez, os resultados da análise irão corresponder a uma realidade parcial e deverão ser interpretados com cautela.

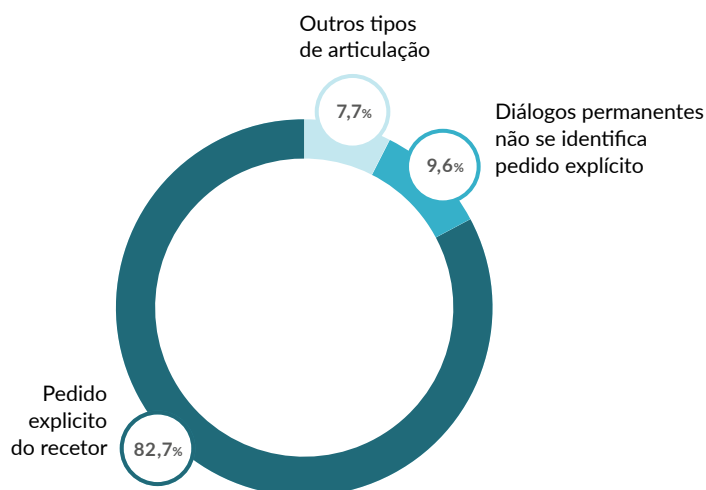
No entanto, a partir dos dados disponíveis elaborou-se o Gráfico III.7, o qual sistematiza as três casuísticas habitualmente associadas à origem da Cooperação Triangular, conforme se depreende do que declaram os próprios países ibero-americanos. A esse respeito, devemos destacar que:

- a) Máa) Mais de 80% dos projetos e ações (82,7%) tiveram início através de um pedido explícito por parte do recetor. Este pôde realizar-se por várias vias, entre as quais destacaríamos o interesse expresso no quadro de Comissões Mistas, missões diplomáticas ou mesmo entre as próprias instituições setoriais. Além disso, detetou-se que a identificação por parte do recetor dos pontos fortes ou capacidades do primeiro ofertante podia obter-se por diferentes vias:
 - Devido a um reconhecimento a nível regional do primeiro ofertante como agente destacado na matéria. Estes foram, por exemplo, os casos do CONAMYPE de El Salvador com o Programa de Desenvolvimento de Micro e PME (CDEMYPE) e de Cuba e dos seus pontos fortes no âmbito da Saúde.
 - Após uma missão de diagnóstico, na qual se identificou qual podia ser a instituição do primeiro ofertante que pudesse cobrir essa necessidade.

→ GRÁFICO III.7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME A ORIGEM. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

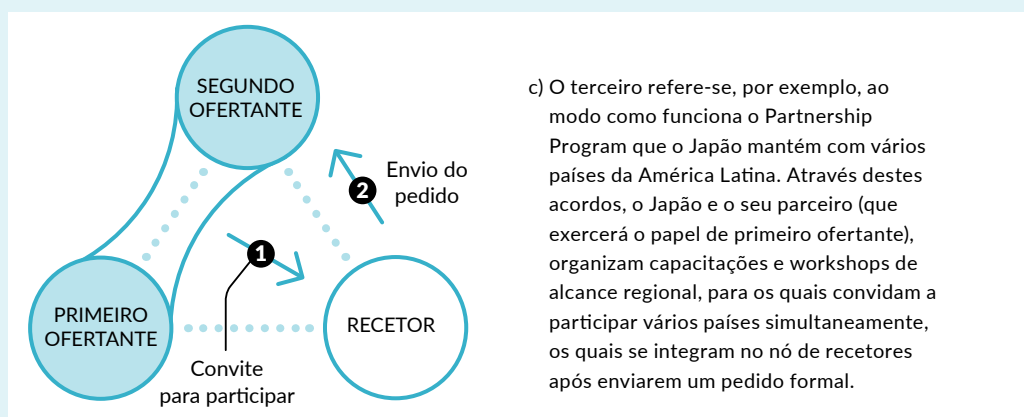
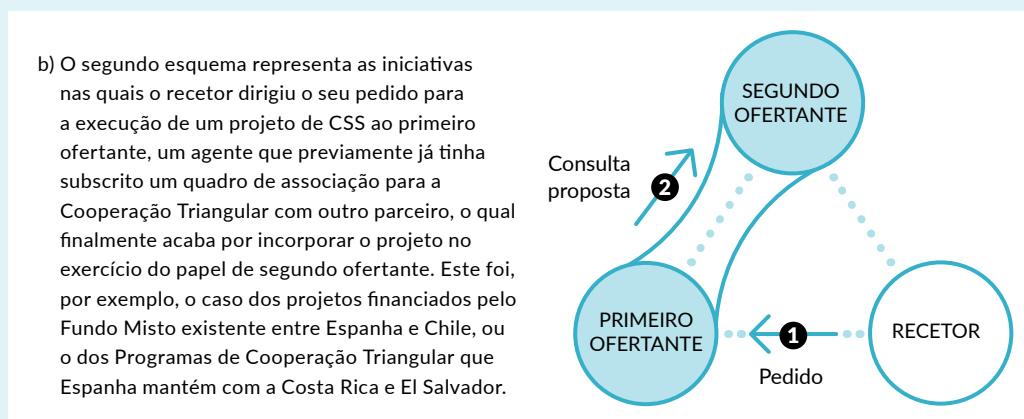
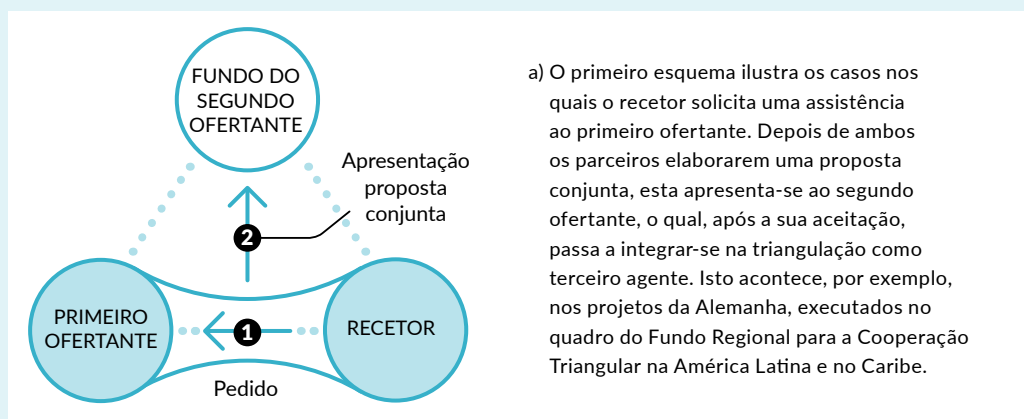
- Após experiências prévias de Cooperação Triangular ou CSS Bilateral às que se deu continuidade com novas iniciativas. Esse foi o caso do trabalho em empregabilidade realizado pela República Dominicana, Alemanha e Chile, o Programa de Cooperação Técnica em Ajuda Humanitária que juntou o Brasil, a OEA e El Salvador depois do apoio prévio por parte de bombeiros brasileiros, ou a segunda fase do projeto de Desenvolvimento Social Articulado no Território no qual trabalham, entre outros, o Chile, Alemanha e Paraguai.
 - Através da existência dos catálogos de oferta que permitiram a alguns recetores detetar possíveis áreas de trabalho conjuntas com os seus parceiros. Um exemplo foi o caso do pedido da Bolívia a El Salvador para fortalecer a instituição encarregada da defesa do consumidor, projeto apoiado pelo Luxemburgo.
 - A partir de instituições setoriais nacionais com uma vasta trajetória de cooperação, que permitiu aos países solicitantes um grande conhecimento prévio das possíveis áreas a fortalecer através da Cooperação Triangular.
- b) Entretanto, quase uma em cada dez iniciativas (9,6%) teve a sua origem em espaços de diálogo permanente, nos quais não houve necessariamente um pedido explícito, mas um acordo geral do qual foram surgindo as iniciativas. Exemplo disso seriam as experiências triangulares que tiveram origem no quadro de programas de cooperação regional.
- c) Por último, 7,7% dos projetos e ações surgiram por outras vias: em geral, após um intercâmbio de interesses temáticos, identificações conjuntas entre o primeiro ofertante e o recetor ou associações entre o primeiro ofertante e segundo ofertante em que convidaram o recetor a participar num projeto ou ação de Cooperação Triangular.
- Devemos finalmente referir que, com certa frequência, a fórmula através da qual se articularam e relacionaram os diferentes parceiros, ou o facto de que o pedido original das iniciativas se desse de uma ou de outra forma, está intimamente relacionado com outro aspeto: a existência de âmbitos de associação entre pelo menos dois dos parceiros. A sua identificação é muito importante, pois contém os acordos que determinam a forma como se devem gerir as ações e projetos que ampara. Além disso, estes quadros de associação podem constituir-se a modo de mecanismos ou fundos de financiamento entre as partes, algo que por sua vez tem consequências significativas para a forma como se vão gerir os recursos que permitem a execução das iniciativas. Para mostrar as diferentes fórmulas que podem resultar da sua existência, elaborou-se o Quadro III.5, que ilustra e exemplifica algumas das casuísticas mais habituais.

A COOPERAÇÃO TRIANGULAR: DIFERENTES FÓRMULAS DE GESTÃO, DISTINTOS QUADROS DE ASSOCIAÇÃO

Para compreender o funcionamento da Cooperação Triangular, identificam-se vários elementos muito relacionados entre si: a fórmula pela qual se coordenam os agentes; o seu processo de incorporação à triangulação; e o facto de que existam ou não mecanismos preestabelecidos de financiamento ou quadros de associação de Cooperação Triangular. Neste sentido, a forma como cada um destes aspetos se manifesta tem também a ver com o facto de estarem ou não vinculados com outro.

Para o ilustrar, elaboraram-se os seguintes esquemas, através dos quais se reproduzem algumas das fórmulas de articulação mais frequentes e a seguir expõem-se alguns dos países e/ou projetos que apresentaram estas dinâmicas.

ALGUMAS DAS FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENCONTRADAS NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR



FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES E CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

III.5

Com a edição de 2016 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, deu-se início a um exercício que procurou alinhar essa publicação com a então recentemente aprovada Agenda 2030. Dois anos mais tarde dá-se continuidade a esse exercício, que consiste numa análise que calcula a possível contribuição dos projetos de CSS e Triangular que a região executa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, durante este tempo, no espaço ibero-americano tem-se vindo também a trabalhar na construção de uma metodologia comum que no futuro possa ser implementada para esta tarefa e que se verá refletida nas próximas edições do Relatório. O Quadro II.10 incluído no segundo capítulo, apresenta mais pormenores sobre este processo.

Com base no atrás exposto, e para a presente edição do Relatório, passamos a identificar, em cada um dos 100 projetos de Cooperação Triangular registados em 2016, para qual dos 17 ODS estão a contribuir. No entanto, tendo em conta que muitos projetos têm um carácter multissetorial ou incidem em aspetos tradicionalmente considerados transversais, a análise identifica, nos projetos em que isso acontece, se podem simultaneamente estar a contribuir para um segundo ODS. Desta forma, a análise distingue contribuições da cooperação para um “ODS principal” e possíveis contribuições para um “ODS secundário”. A combinação destes dois níveis permite conhecer em profundidade e com mais pormenor como a Cooperação Triangular que os países executam se enquadra na Agenda 2030.

Os resultados obtidos ilustram-se em dois gráficos:

- a) O primeiro, o Gráfico III.8, distribui os 100 projetos de Cooperação Triangular promovidos na região em 2016 conforme o ODS principal para o qual contribuíram.
- b) O segundo, o Gráfico III.9, faz o mesmo com os 64 projetos para os quais se identificou um possível contributo para um ODS de carácter secundário.

Neste sentido, a observação do Gráfico III.8 sugere que:

- a) Tal como aconteceu em exercícios anteriores, os principais ODS para os quais a Cooperação Triangular contribuiu em 2016 foram os ODS 2 e 16. Este resultado é coerente com o observado na análise setorial, pois o ODS 2 faz referência a questões muito importantes para a CSS da nossa região, tais como a sustentabilidade e produtividade agrícola e os temas de segurança alimentar, enquanto que o ODS 16 se relaciona com o fortalecimento institucional e a promoção do estado de direito. Não é, portanto, de estranhar que um terço dos 100 projetos registados em 2016 contribuísem para esses dois Objetivos. Em concreto:

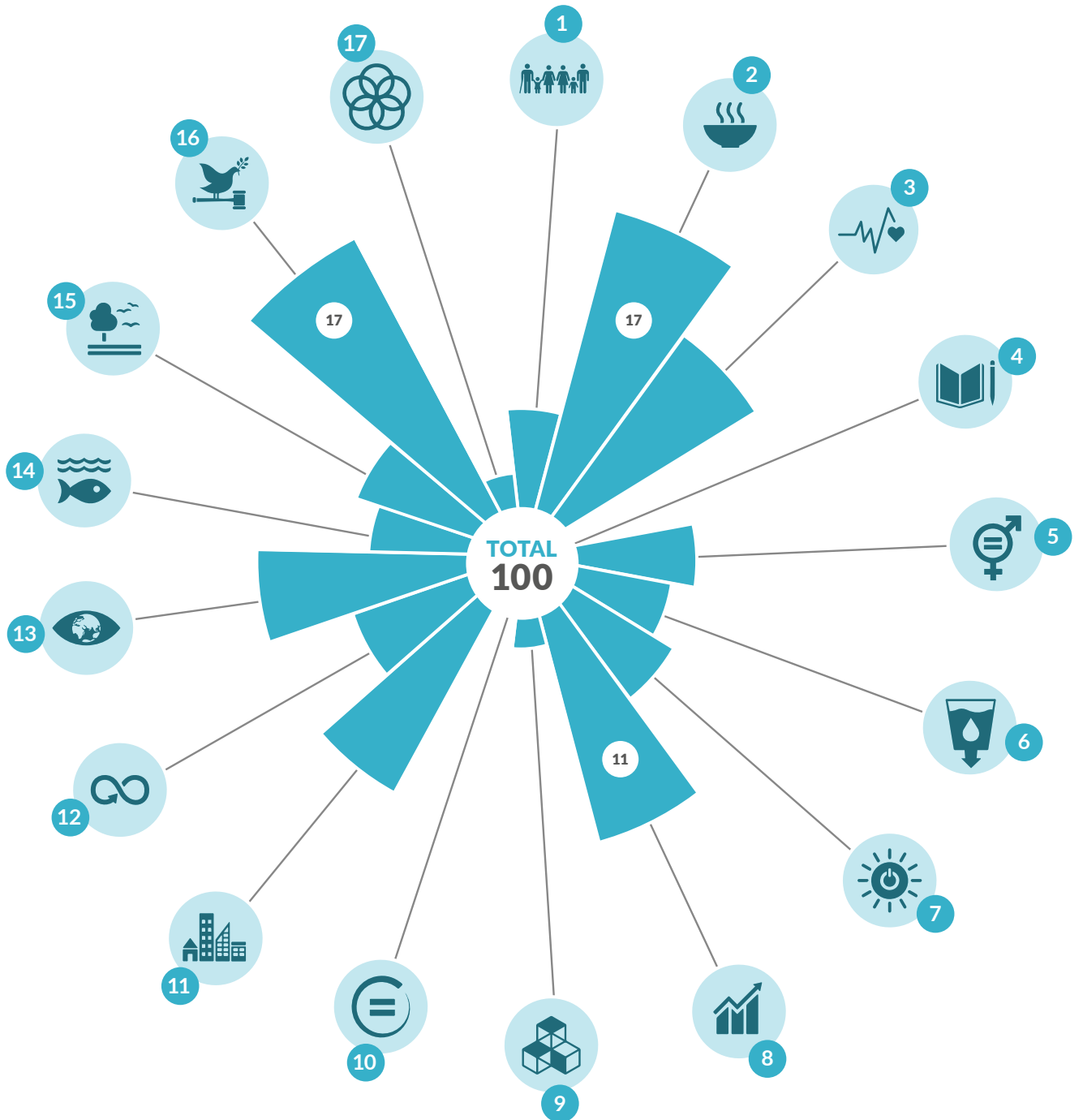
- 17% dos projetos de Cooperação Triangular de 2016 puderam contribuir para o ODS 2. Destacam-se os projetos do Brasil, tanto em associação com a FAO quanto com as Honduras e Estados Unidos, em ambos os casos para trabalhar nessa matéria. Também as experiências promovidas pelo Chile em conjunto com o PMA, através do Projeto Contra a Fome e a Pobreza, bem como outros do México e da Argentina para a melhoria de sementes, resiliência dos que se dedicam à pequena agricultura e melhoramento da cadeia produtiva do cacau.
 - Outros 17% contribuíram para o ODS 16. Tratou-se, neste caso, de projetos que procuravam o fortalecimento institucional tanto através da promoção de instituições públicas eficazes (implantação de sistemas digitais, melhoria das capacidades dos funcionários públicos, etc.), como da construção e consolidação do estado de direito e promoção da paz (defesa dos Direitos Humanos, construção de paz, etc.).
- b) O terceiro e quarto ODS por ordem de importância foram, respectivamente, o 8, relativo ao Crescimento Económico e Trabalho Decente e o 3, dedicado à Saúde e Bem-Estar. Com efeito, 11% dos projetos estiveram maioritariamente orientados para o acesso ao emprego, fortalecimento de setores produtivos da economia, apoio às Micro e PME e turismo sustentável, contribuindo assim para o ODS 8. Por sua vez, outros 10% dos projetos puderam contribuir para o ODS 3. Essa contribuição realizou-se, muito especialmente, a partir de iniciativas que, em termos setoriais, se classificaram nas atividades de Saúde e População e Saúde Reprodutiva, relacionando-se muito especialmente com a melhoria dos serviços de saúde (cuidados e criação de redes), doenças transmissíveis e redução da mortalidade materna.
- c) 18% dos projetos de 2016 contribuiu, em partes iguais, para os ODS 11 e 13. Mais especificamente, 9% dos intercâmbios triangulares estiveram alinhados com o ODS 11 dedicado às Cidades e comunidades sustentáveis. Aqui identificaram-se os que estão orientados para a planificação e gestão urbana e a resiliência face a desastres naturais. Por sua vez, outros 9% contribuíram para o ODS 13 (Ação pelo clima). No entanto, é de referir que este Objetivo está muito relacionado com o 14 (Vida submarina) e o 15 (Vida dos ecossistemas terrestres), pelo que se agregamos os projetos que puderam contribuir para esses três ODS, verificamos que até 16% das experiências promovidas em 2016 estiveram muito centradas na componente ambiental. Incluem-se aqui as experiências já abordadas setorialmente, que combinam processos de adaptação às alterações climáticas e proteção de áreas tanto marítimas e costeiras, quanto interiores.
- d) Por seu lado, os últimos 20% dos projetos distribuíram-se como segue: 12%, divididos em três partes iguais (4% em cada caso), contribuíram para o ODS 5 (Igualdade de género), 7 (Energia acessível e não poluente) e 12 (Produção e consumo responsáveis); outros 6%, também em partes iguais, orientaram-se para os ODS 1 (Fim da pobreza) e 6 (Água limpa e saneamento); enquanto que alguns projetos pontuais se orientaram para a Indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9) e para as Alianças para alcançar os objetivos (ODS 17).

Finalmente, a interpretação dos Gráficos III.8 e III.9, relativos à contribuição dos 100 projetos triangulares de 2016 para um ODS principal e dos 64 que também o fizeram para um ODS secundário, deve complementar-se com a leitura da Diagrama III.6, a qual ilustra o vínculo que se estabeleceu, precisamente, entre o ODS principal e secundário de cada projeto.

→ GRÁFICO III.8

CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2016. ODS PRINCIPAL

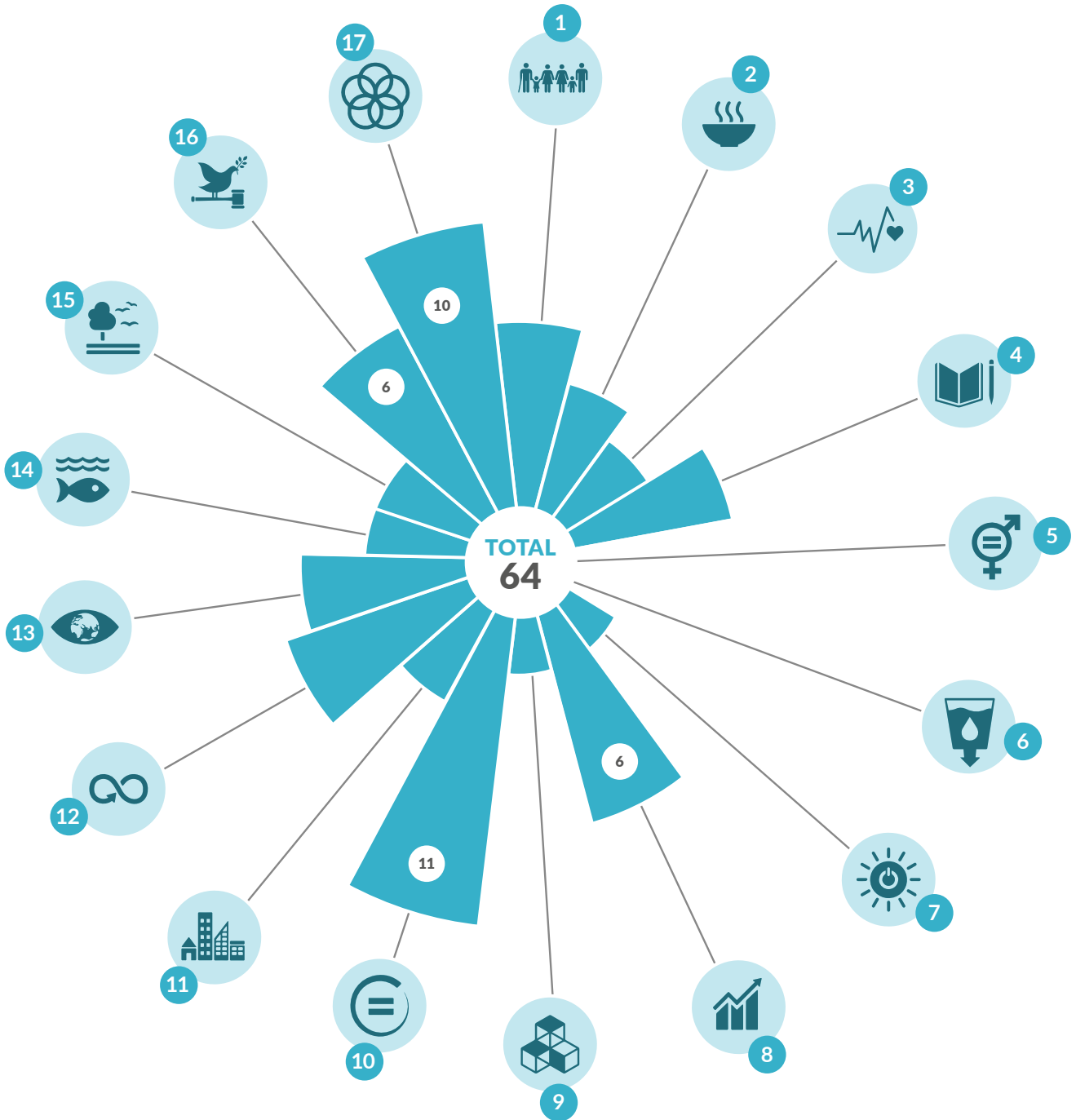
Em unidades



→ GRÁFICO III.9

CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2016. ODS SECUNDÁRIO

En unidades



11% DOS PROJETOS, NÃO SÓ CONTRIBUÍRAM PARA A CONSECUÇÃO DE UM OBJETIVO, MAS TAMBÉM PARA O ODS 10 SOBRE DESIGUALDADE. MUITOS DOS PROJETOS EM MATÉRIA DE EMPREGO (ODS 8) COLOCARAM A ÊNFASE NO COLETIVO DA JUVENTUDE, ENQUANTO QUE ALGUNS DOS DEDICADOS À SAÚDE (ODS 3) SE CENTRARAM SIMULTANEAMENTE EM LOCALIDADES COM POUCA POPULAÇÃO E NOS CUIDADOS A PRESTAR À POPULAÇÃO ADULTA

Da leitura combinada destas figuras, conclui-se que:

- a) 11% dos projetos contribuíram não só para a consecução de um objetivo, mas também para o ODS 10 sobre Desigualdade, ao qual não se tinha atribuído nenhum projeto como ODS principal. A modo de exemplo, muitos dos projetos em matéria de emprego (ODS 8) deram uma especial atenção ao coletivo da juventude, enquanto que alguns dos dedicados à Saúde (ODS 3) se centraram simultaneamente em localidades de reduzida população ou nos cuidados à população adulta. Uma das ligações mais fortes verificou-se entre os ODS 1 e 10, através de projetos que se centraram no fortalecimento de políticas de proteção social em áreas de difícil acesso ou em zonas com menor nível de população.
- b) Entretanto, 10% dos projetos tiveram como ODS secundário o Objetivo 17; um ODS que, como principal, só aparecia associado a um projeto de Cooperação Triangular. Nesta ocasião, tratou-se de projetos que trabalharam especialmente as capacidades estatísticas nacionais e o fortalecimento das instituições relacionadas com a implementação da Agenda 2030, e que contribuíram principalmente, e por sua vez, para o ODS 16, através do apoio à criação de instituições eficazes. Vários deles também se vincularam ao ODS 5, pois houve projetos orientados para produzir dados e estatísticas sobre a situação da mulher em temas como a violência, bem como inquéritos sobre o uso do tempo.
- c) Outros 6% dos projetos de Cooperação Triangular tiveram como ODS secundário o 8, dedicado ao Trabalho decente e crescimento económico. Neste caso, tratou-se fundamentalmente de intercâmbios dedicados à melhoria produtiva de determinadas colheitas para a sua posterior comercialização e que, como ODS principal, tinham atendido ao 2 (Fome zero). Entretanto, uma proporção semelhante de projetos (outros 6%), teve associado como ODS secundário o Objetivo 16, sobre instituições eficazes. Desta vez a relação foi estabelecida com o ODS 17, tal como se referiu no ponto anterior, pelo trabalho de fortalecimento das instituições nacionais.
- d) Por último, identificaram-se algumas contribuições pontuais e de caráter secundário para os restantes ODS, embora a percentagem de projetos que cumpriram este objetivo em cada caso tenha sido relativamente baixa e oscilado entre o mínimo de 1% e o máximo de 5%. A única exceção foram os ODS 5 e 6, dois casos para os quais não se identificou qualquer associação em termos de ODS secundário.

→ DIAGRAMA III.6

RELAÇÃO ENTRE OS ODS CONFORME O NÚMERO DE PROJETOS QUE CONTRIBUÍRAM SIMULTANEAMENTE PARA AMBOS

Em unidades

